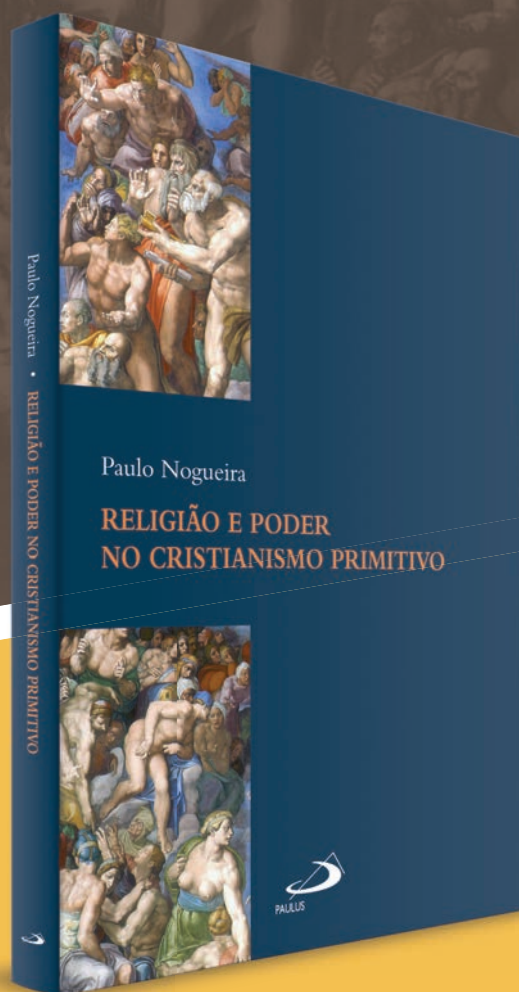


A IGREJA E O PODER

O SERVIÇO DA
AUTORIDADE



OS IMPACTOS SOCIAIS DO CRISTIANISMO NASCENTE



O livro analisa o cristianismo primitivo a partir do impacto causado por ele na visão de mundo das pessoas e nas estruturas sociais da época.

Para isso, comenta a forma como seus adeptos ressignificaram simbolicamente o mundo, os conflitos internos gerados pela pluralidade do movimento e a aguda crítica feita por ele ao poder das elites locais e do Império.

Conheça as origens cristãs e as transformações sociais desencadeadas por elas.



Prezadas irmãs, prezados irmãos, graça e paz!

**vida
pastoral**

Esta edição de *Vida Pastoral* lança o olhar sobre o tema “*A Igreja e o poder – o serviço da autoridade*”. O serviço da autoridade é uma expressão que faz pensar. Primeiro, deixa claro que a função de uma autoridade é, antes de tudo, servir. Isso muda tudo. Porque, geralmente, há a ideia equivocada de que autoridade é o poder de mandar. E, infelizmente, isso não é somente uma ideia. A prática está cheia de exemplos negativos acerca da má compreensão do sentido mesmo de autoridade. Há quem pense que, por ocupar cargos de alguma relevância e influência, pode fazer da função um trampolim para humilhar os outros – no caso, o outro que é menor, que é pobre.

De fato, não é preciso muito esforço para perceber certo espírito de autoritarismo ou mentalidade opressora que permeiam nossa história de ontem e de hoje – desde relatos de violência policial às práticas corriqueiras de muitos que exercem funções e cargos na política ou no judiciário, além de latifundiários, empresários e, infelizmente, também o clero e a vida religiosa.

Por isso, propomos inicialmente uma reflexão sobre a autoridade no contexto formativo dos seminários e casas de formação. Trata-se de um desafio sempre atual na Igreja, seja para formadores, seja para os formandos. Se, no âmbito da política ou da economia, podemos encontrar exemplos de liderança que usam de seus cargos como forma de poder, de força, de controle, a autoridade, no contexto da vida religiosa, deveria ser serviço. Quando os discípulos começaram a confundir o poder do serviço com o poder da força, Jesus foi contundente: “Vocês sabem que os governantes das nações as dominam e os grandes impõem sua autoridade sobre elas. Não será assim entre vocês. Ao contrário, quem de vocês quiser tornar-se grande, seja aquele que serve” (Mt 20,25–26).

Outro aspecto desta reflexão diz respeito, especificamente, a um olhar sobre a Igreja e sua relação com o poder. Sabemos que a questão do poder é polêmica e, na Igreja, sempre despertou discussões calorosas – haja vista, por exemplo, certas análises isoladas e fora de contexto de versículos, como Romanos 13,1, em que o apóstolo Paulo se refere a certa submissão às autoridades, assim como a controvérsia presente na segunda carta aos Tessalonicenses, na qual se fala de uma bipolaridade de poderes no seio da comunidade eclesial. Ocorre que o apelo de Jesus de que “não será assim entre vocês” nem sempre foi assumido em sua radicalidade.

No contexto atual do governo da Igreja, o papa Francisco tem sido enfático na crítica interna no que se refere ao carreirismo e ao clericalismo. Por isso mesmo, tem recebido ataques intensos de grupos rivais dentro da própria Igreja. É neste sentido o terceiro passo de nossa reflexão: um convite a pensar o fenômeno do “tradicionalismo como ameaça para uma Igreja em saída”.

O quarto passo de nossa abordagem se volta para a figura histórica de Pilatos, como imagem de um político medíocre. Embora seja pouco conhecido, no nosso credo apostólico consta o seu nome, o qual pronunciamos todo domingo na celebração eucarística: “padeceu sob Pôncio Pilatos”. A ideia do artigo é apresentar um exemplo singular de autoridade fraca, porque movida pelo carreirismo e pelo apego ao poder. Sua prática ressoa ainda em nossos dias, e não deveria ser assim.

Finalmente você tem acesso aos Roteiros Homiléticos, que, além de nos ajudar a melhor viver a liturgia, iluminam nossa prática pastoral.

Boa leitura!

Pe. Antonio Iraildo Alves de Brito, ssp

Editor

vida pastoral

Revista bimestral para sacerdotes
e agentes de pastoral

Ano 62 - Nº 338
Março-Abril de 2021

Editora

PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO

Jornalista responsável

Valdir José de Castro, ssp

Editor

Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp

Conselho editorial

Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp

Darci Luiz Marin, ssp

Paulo Sérgio Bazaglia, ssp

Sílvio Ribas, ssp

Ilustrações

Romolo Picoli Ronchetti (artigos)
e iStock

(Roteiros Homiléticos)

Imagem da capa

Romolo Picoli Ronchetti

Diagramação e projeto gráfico

Elisa Zuigeber

Revisão

Alexandre Santana

Assinaturas

assinaturas@paulus.com.br

(11) 3789-4000

WhatsApp: 99974-1840

Rua Francisco Cruz, 229

Depto. Financeiro • CEP 04117-091

São Paulo/SP



Redação

© PAULUS – São Paulo (Brasil)

ISSN 0507-7184

vidapastoral@paulus.com.br

paulus.com.br / paulinos.org.br

vidapastoral.com.br

Periódico de divulgação científica.

Área:

Humanidades e artes.

Curso: Teologia.

Sumário

O SERVIÇO DA AUTORIDADE 4

Douglas Alves Fontes

A IGREJA CATÓLICA E SUA RELAÇÃO
COM O PODER 14

Fernanda Moro Cechinel

O TRADICIONALISMO COMO AMEAÇA
PARA UMA IGREJA EM SAÍDA 22

Eliseu Wisniewski

PÔNCIO PILATOS: A FIGURA
DE UM POLÍTICO MEDÍOCRE E INFELIZ 32

Guillermo Daniel Micheletti

ROTEIROS HOMILÉTICOS 40

Izabel Patuzzo e Marcus Mareano

Assinaturas

A revista **Vida Pastoral** é distribuída gratuitamente pela Paulus.

A editora aceita contribuições espontâneas para as despesas postais
e de produção da revista.

Para as pessoas que moram em cidades onde não há livreria Paulus e desejam
receber a revista, as assinaturas podem ser efetuadas mediante envio dos dados
para cadastro de assinante (nome completo, endereço, telefone, CPF ou CNPJ)
e de contribuição espontânea para a manutenção da revista. Para os que já
são assinantes e desejam renovar a assinatura, pede-se acrescentar aos dados
também o código de assinante.

Para contato:

E-mail: assinaturas@paulus.com.br

Tel.: (11) 3789-4000

WhatsApp: (11) 99974-1840

Para a efetuação de assinaturas, enviar dados
e cópia de comprovante de depósito da contribuição
para despesas postais para:

Revista Vida Pastoral – assinaturas

Rua Francisco Cruz, 229 – Depto. Financeiro

04117-091 – São Paulo – SP

Contas para depósito de contribuição
para despesas postais:

Banco do Brasil: agência 300-X, conta 105555

Bradesco: agência 0108-2, conta 324139-4

APARECIDA – SP

Centro de Apoio aos Romeiros
Lojas 44,45,78,79
(12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU – SE

Rua Laranjeiras, 319
(79) 3211-2927
aracaju@paulus.com.br

BELÉM – PA

Rua 28 de setembro, 61 – Campina
(91) 3212-1195
belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE – MG

Rua da Bahia, 1136
Ed. Arcângelo Maleta
(31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BRASÍLIA – DF

SCS – Q.1 – Bloco
Edifício Central – Loja 15 – Asa Sul
(61) 3225-9847
brasil@paulus.com.br

CAMPINAS – SP

Rua Barão de Jaguara, 1163
(19) 3231-5866
campinas@paulus.com.br

CAMPO GRANDE – MS

Av. Calógeras, 2405 – Centro
(67) 3382-3251
campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL – RS

Av. Júlio de Castilho, 2029
(54) 3221-7797
caxias@paulus.com.br

COTIA – RAPOSO TAVARES

Av. das Acácias, 58 – Jd. da Glória
(11) 3789-4005
raposotavares@paulus.com.br

CUIABÁ – MT

Rua Antônio Maria Coelho, 180
(65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA – PR

Pça. Rui Barbosa, 599
(41) 3223-6652
curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS – SC

Rua Jerônimo Coelho, 119
(48) 3223-6567
florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA – CE

Rua Floriano Peixoto, 523
(85) 3252-4201
fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA – GO

Rua Seis, 201 – Centro
(62) 3223-6860
goiania@paulus.com.br

GUARAPUAVA – PR

Rua XV de Novembro, 7466 - Lj 01
(42) 9926-0224
guarapuava@paulus.com.br

JOÃO PESSOA – PB

Rua Peregrino de
Carvalho, 134 – Centro
(83) 3221-5108
joaopessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA – MG

Av. Barão do Rio Branco, 2590
(32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MANAUS – AM

Rua Itamaracá, 21, Centro
(92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL – RN

Rua Cel. Cascudo, 333
Cidade Alta – (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE – RS

Rua Dr. José Montauray, 155
Centro – (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE – PE

Av. Dantas Barreto, 1000 B
(81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO – SP

Rua São Sebastião, 621
(16) 3610-9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO – RJ

Rua México, 111-B
(21) 2240-1303
riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR – BA

Rua Direita da Piedade, 75 - Barris
(71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ – SP

Rua Campos Sales, 255
(11) 4992-0623
stoandre@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

Rua XV de Novembro, 2826
(17) 3233-5188
riopreto@paulus.com.br

SÃO LUÍS – MA

Rua do Passeio, 229 – Centro
(98) 3231-2665
saoluis@paulus.com.br

SÃO PAULO – PRAÇA DA SÉ

Praça da Sé, 180
(11) 3105-0030
pracase@paulus.com.br

SÃO PAULO – VILA MARIANA

Rua Dr. Pinto Ferraz, 207
Metrô Vila Mariana
(11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

SOROCABA – SP

Rua Cesário Mota, 72 – Centro
(15) 3442-4300 3442-3008
sorocaba@paulus.com.br

VITÓRIA – ES

Rua Duque de Caxias, 121
(27) 3323-0116
vitoria@paulus.com.br



O SERVIÇO DA AUTORIDADE

O serviço da autoridade constitui um desafio sempre atual na Igreja. Sobretudo nas comunidades formativas, é causa de muitos desafios, seja para quem o exerce, seja para os que o recebem. O texto propõe uma reflexão sobre a autoridade no contexto formativo dos seminários.

*Pe. Douglas Alves Fontes é doutor em Teologia pela PUC-Rio. Reitor do Seminário São José, da arquidiocese de Niterói. Professor do Instituto Filosófico e Teológico do mesmo seminário. Secretário executivo do Regional Leste 1 da CNBB. E-mail: douglasfontes@yahoo.com.br

1. RADICALIDADE DO CHAMADO PARA O SERVIÇO DA AUTORIDADE

Quando falamos de autoridade, de superior e/ou formador, é normal, lembra-nos Anna Bissi, reconhecermos um serviço, um ministério que vem diretamente de Deus, uma missão a ser vivida dentro de uma comunidade de fé. Em um primeiro momento, ao nos remeter ao próprio Deus e à sua autoridade, essa função desempenhada serve como instrumento de transmissão do amor e da vontade do Pai.

O chamado de Deus nos toca no mais íntimo de nós. Assim, fica claro que seu chamado, atualizado em nossa existência, nos alcança plenamente, e não apenas uma dimensão da nossa vida. Nosso ser inteiro se vê atingido pelo mistério da vocação divina. Dessa maneira, somos atingidos como pessoas concretas, com tudo o que somos e temos. Essa integridade da vida é, muitas vezes, um dos nossos desafios!

Na caminhada vocacional, deparamos com a missão da autoridade. Segundo Bissi, há uma qualidade radical do chamado a exercer tal convite, para cumprir um serviço cada vez mais desafiador e, ao mesmo tempo, necessário e insubstituível, na vida de uma comunidade religiosa.

Por sermos filhos de uma sociedade “sem pai” ou “sem pai nem mãe”, é cada vez mais difícil falar de autoridade a nossos formandos (RISÉ, 2007, p. 77). Outrossim, uma visão espiritualista e superficial da autoridade tende a encará-la como manifestação da vontade de Deus, mas só em alguns momentos especiais parece ser considerada desse modo.

Um terceiro desafio que encontramos no exercício da autoridade é o modelo educacional comumente proposto na sociedade, no qual o diálogo é tudo (e deve ser). A questão é que se busca uma obediência tão dialogada, que parece já não existir autoridade e, por consequência, obediência. Um último desafio, fruto da nossa era, é a busca do prazer e

da satisfação a todo custo. Desse modo, não há obediência que sobreviva se custa algo, se exige desapego e sofrimento. Muitas vezes parece que as palavras evangélicas de Jesus estão entrando em desuso (Mc 8,34; Lc 14,25-33) (*Suma Teológica*, II-II, q. 104, a. 2).

Bissi propõe o exame de dois princípios, para que possamos falar em autoridade: o princípio da obediência e o do instinto gregário (BISSI, 1987, p. 14).

A palavra “obediência” deriva do latim *ob audire*, ou seja, “escutar”. Podemos, então, perceber que essa atitude ou disposição de escuta já está presente no nível biológico de cada pessoa capaz de escutar o ambiente, observá-lo e responder a ele. Falamos de uma “obediência natural”, presente nos diversos seres vivos. Não obstante, o ser humano vai além de uma obediência natural, por conta de sua racionalidade.

Já o princípio do instinto gregário diz respeito à nossa capacidade e/ou impulso de estarmos juntos, uns com os outros, formando grupos de influências mútuas, em que há uma liderança seguida e/ou obedecida por todos. A capacidade e, ao mesmo tempo, a necessidade de viver em grupo nos apresentam as bases biológicas da vida social e comunitária.

2. SIGNIFICADOS SIMBÓLICOS DA LIDERANÇA

Qualquer um que entra na vida religiosa, em um seminário, aceita submeter-se a um guia, a quem estará ligado e a cuja autoridade se submeterá, independentemente dos dotes, capacidades e qualidades daquele a quem foi confiada a missão de servir como autoridade.

Bissi esclarece que a pessoa ingressante, “embora declarando-se disposta a aceitar o líder da comunidade, pode experimentar, interiormente, reações psicológicas que escapam à sua lucidez, sem deixar de influir, negativamente, no seu comportamento” (BISSI, 1987, p. 15).

“A MISSÃO FORMATIVA CONSISTE EM AJUDAR O CANDIDATO A FAZER UM PROCESSO DE INTEGRAÇÃO, SOB O INFLUXO DO ESPÍRITO SANTO”

Tudo se passa como se ao termo “superior” ou “mestre” fossem atribuídos, inconscientemente, significados diversos. Como isso ocorre? Lembra-nos a autora que “toda e qualquer realidade pode evocar significados diversos em cada um de nós”.

Logo, é claro que uma realidade, em uma primeira etapa, é percebida de forma emotiva, até inconsciente, gerando uma avaliação inicial, marcada por gostos pessoais. Em seguida, parte-se para um juízo de ordem racional, com critérios de valor, sobre tal realidade. Bissi enfatiza que diversas realidades da nossa vida vocacional são, primeiramente, encaradas de determinada maneira e, depois, de maneira mais racional-espiritual.

3. O SEMINARISTA DIANTE DA AUTORIDADE

A *Ratio Fundamental* atual nos lembra que o sujeito da formação é sempre o seminarista. Este se apresenta como um mistério para si mesmo. A missão formativa consiste em ajudar o candidato a fazer um processo de integração, sob o influxo do Espírito Santo. O tempo de formação será sempre um tempo de prova, de amadurecimento e de discernimento por parte do candidato e do seminário (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, n. 28).

Nesse processo formativo, deparamos com o desafio da missão de ser formador. Será no cumprimento dessa missão que precisaremos lidar com a autoridade: a própria e a de nossos superiores. Ao mesmo tempo, precisaremos refletir sobre o exercício dessa autoridade naquilo que toca a nós e àqueles que nos estão confiados, que é o que faremos a seguir.

3.1. A autoridade como “ameaça” contra a qual é preciso revoltar-se

Nesse contexto, o formador e, particularmente, o reitor podem ser inconscientemente percebidos pelo formando/seminarista como ameaça potencial à sua autoestima. É possível, diante de qualquer ordem ou pedido, sentir-se agredido, desvalorizado, não amado, tratado como criança, incapaz. A ordem acaba sendo entendida como um ataque pessoal, do qual é preciso defender-se sobretudo com revolta, a qual pode se manifestar de várias formas:

- uma forma mais aberta, de *raiva declarada*, manifestada por meio de brigas, “cenas” e ataques diante de uma ordem do superior, de um pedido seu ou de um lembrete;
- uma forma mais sutil, muito frequente nas comunidades femininas: o *vitimismo*. Neste caso, a agressividade se exprime sobretudo sob a forma de crítica, de contínua lamúria, de insinuações;
- uma maneira ainda mais sofisticada de revolta é a que toma a forma de *resistência passiva*: uma oposição silenciosa.

É comum, por exemplo, no contexto esportivo do seminário, percebermos a raiva declarada. Da mesma maneira, na relação formando-formador, sobressaem o vitimismo e a resistência passiva. Percebe-se o vitimismo sobretudo nos candidatos afetivamente mais imaturos. Já a resistência passiva se manifesta nos candidatos mais inteligentes e perspicazes.

**“UMA VISÃO ESPIRITUALISTA E SUPERFICIAL DA AUTORIDADE
TENDE A ENCARÁ-LA COMO MANIFESTAÇÃO DA VONTADE DE DEUS”**

3.2. A autoridade como “dominação” da qual é preciso se livrar

Nesse processo relacional, o formador pode também ser visto como um “fiscal”. Diferentemente da manifestação anterior, que girava em torno do campo da rebelião, esta se encontra no campo da autonomia.

O formador líder é aceito, respeitado, obedecido apenas de uma maneira externa e aparente. Ao mesmo tempo, ele passa a ser visto como ameaça, até mesmo como uma barreira na procura da independência. O formando acaba encarando a autoridade do formador como dominação, contra a qual é preciso reagir, criando espaços de liberdade nos quais busca levar sua própria vida, independente e isolado dos outros.

Assim, uma autonomia imatura, como reação à presença do outro – particularmente dos superiores/formadores –, encarada como controle, pode se manifestar de algumas formas: o formando é incapaz de expor ao formador seus planos e desejos para um discernimento comum, diante de compromissos a serem assumidos; não se mostra disposto a partilhar com os irmãos e com o formador as novidades da sua vida.

3.3. A autoridade como “fonte de afeto e de apoio”

Um risco que corremos é pensar que a visão da autoridade como fonte de afeto e de apoio seria mais comum nas comunidades femininas. O fato é que tem sido cada vez mais comum percebermos essa postura nas comunidades masculinas. Tal atitude sobressai principalmente em candidatos imaturos, que ingressam nas comunidades com forte dependência. Como se não bastasse, essa relação ainda gera outro conflito: o ciúme dos formandos entre si, por conta do formador.

O formando reveste sua obediência com uma visão espiritual, vendo no formador a vontade de Deus. É claro que, em um primeiro momento, a visão estaria corretíssima, mas a questão afetiva é que vai oferecer a tônica necessária para o discernimento. Na verdade, o formando obedece, esperando, inconscientemente, o afeto do formador.

Bissi recorda que, em linguagem psicológica, estamos diante de um formando que age por “identificação”. Sua postura tem a finalidade de uma relação gratificante, manifestada na relação do formando com o grupo e/ou com o formador. Ele não obedece por um valor internalizado e assumido, mas com o intuito de ser gratificado afetivamente. E, quando isso não acontece, ressent-se (BISSI, 1987, p. 19).

Na verdade, o formando está esperando, com sua obediência, receber a estima e o amor do formador. Com isso, o ato de obedecer assume uma postura utilitarista, um meio para alcançar amor, atenção e estima de alguém. Obviamente, é normal a satisfação dos desejos afetivos dos formandos; o problema surge quando se gera dependência e a relação não fica marcada pela liberdade e pela responsabilidade. De todo modo, é sempre necessário que a relação afetiva permaneça.

3.4. A presença do inconsciente como convite a usar de misericórdia

A autora nos leva a perceber como essas reações, contrárias à maturidade vocacional, nos questionam sobre suas causas e nos levam a um discernimento sempre mais aprofundado sobre aqueles que as manifestam. Sem dúvida, reconhece Bissi, a psicologia nos ajuda a compreender e não julgar tais comportamentos, que frequentemente nascem de motivações inconscientes, escapando, assim, do controle do sujeito. Com isso, percebemos que essas atitudes nascem de limitações humanas, e não tanto da má vontade ou deslealdade dos candidatos (BISSI, 1987, p. 20).

Jesus e o império

O Reino de Deus
e a nova desordem mundial

Richard A. Horsley



160 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK

Uma crítica fundamentada e convincente às abordagens predominantes do Jesus histórico que o descrevem como individualista, despolitizado, e que ignoram o contexto real em que ele exerceu suas atividades. Horsley faz ainda a exposição da crucial relevância dos estudos do Novo Testamento e da teologia que revelam as surpreendentes semelhanças, no presente, entre as políticas do antigo Império Romano e as dos Estados Unidos da América.

Vendas: (11) 3789-4000
08000-164011

paulus.com.br

Cabe-nos uma atitude mais compreensiva e misericordiosa, mas não omissa e permissiva. Motivados pelo Evangelho, buscamos compreender melhor os outros e reconhecer nossa incapacidade de compreender as profundezas do nosso coração e da nossa mente.

Bissi nos propõe uma aproximação das limitações dos outros com respeito, para que consigamos ultrapassar a ideia do erro e chegar às feridas do coração que todos trazemos. É preciso, de nossa parte, a capacidade de reconhecer que as atitudes de muitos formandos não são direcionadas a nós, mas são consequências de experiências passadas que foram ocasião de dor e de dificuldades. Em tudo isso, precisamos continuar a nos esforçar para verificar sinais de vocação dos formandos, exortá-los e estimulá-los a um contínuo crescimento humano e espiritual.

Para que esse processo formativo ocorra de forma sadia e produtiva, faz-se necessário que nós, formadores, assumamos a proposta evangélica de tentar compreender a trave que temos nos próprios olhos, de modo que assim possamos constatar que muitos problemas não surgem do desinteresse ou da má vontade, mas da falta de lucidez. Diante de tal exigência, Bissi reforça que a psicologia acaba sendo, nesse contexto, *um convite implícito à misericórdia*.

A proposta de Jesus é reagir à crueldade dos outros, com um exercício constante do ministério da misericórdia. “A ciência, a partir da grande descoberta de Freud a respeito da presença do inconsciente, não fez outra coisa senão comprovar aquilo que Jesus já havia dito na cruz: não sabemos aquilo que fazemos” (BISSI, 1987, p. 22).

4. A RESPONSABILIDADE DIANTE DA PRÓPRIA AUTORIDADE

A autoridade precisa ser sempre encarada como um serviço à comunidade, que, por sua vez, serve o Reino. O papel da autoridade pode favorecer ou não o crescimento da fraternidade. Portanto, cabe séria responsa-

bilidade àqueles que exercem autoridade nas comunidades formativas (CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E AS SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA, 2008, n. 17; 20).

4.1. O exercício da autoridade como “fonte de ameaça”

Bissi ressalta que o chamado a ser responsável por uma comunidade como superior ou formador pode, às vezes, ser considerado “perigoso”. No nosso contexto, muitas vezes essa realidade parece ser parte do “inconsciente coletivo”, quando os seminaristas herdaram essa herança ou a assumem, no contexto de uma Igreja particular. A figura do reitor é, frequentemente, temida, e se propõe uma distância de sua pessoa (BISSI, 1987, p. 22).

Entre os motivos para tanto, costuma figurar a noção de que uma função de tanta responsabilidade exige muita competência; além disso, “o papel de responsável expõe não só pelo que diz respeito ao já mencionado aspecto das maiores capacidades necessárias, mas também pelo papel central na vida comunitária” (BISSI, 1987, p. 23).

A função do formador é sentida, não raro, como ameaçadora, sobretudo por pessoas inconscientemente tão vulneráveis, que não podem aceitar em si limitações. Ademais, algumas pessoas que assumem a função de autoridade podem se mostrar tão ansiosas, que passam a adotar “atitudes rígidas, quase ‘onipotentes’, como reação à ameaça incerta no novo cargo: a de vir a exibir diante de todos a própria fragilidade” (BISSI, 1987, p. 24).

4.2. Exercício da autoridade como “meio de poder”

No campo da política ou da economia, podemos encontrar a liderança como meio de controle e de poder. Contudo, na vida religiosa, a autoridade precisa ser assumida como serviço. Sendo assim, não é possível conciliar o desejo de dominação com uma

vida consagrada de doação aos outros, por causa do Reino. A vida de Jesus nunca concordará com uma postura dominadora.

Bissi reforça que, frequentemente, podemos enfrentar um grande desafio, que se apresenta quando nossa insegurança, aliada à falta de confiança em Deus, acaba nos levando a nos comportarmos como verdadeiros “sargentos”, como pessoas de tal forma apavoradas diante da perspectiva de perder a estima, que nos propomos controlar tudo e todos, sempre e em qualquer situação. Podemos enfrentar até casos de adoecimento por conta dessa postura de vida (BISSI, 1987, p. 24).

Com isso, formandos e formadores podem assumir a atitude de querer “mandar sempre e em toda parte, jogando fora o princípio de corresponsabilidade (considerado apenas uma bela ideia para levar para as reuniões da comunidade, contanto que, ‘na prática, a teoria seja outra’)” (BISSI, 1987, p. 24). Normalmente, essa vontade de poder não passa de compensação: o superior/formador procura impor-se nos campos em que se sente mais seguro, deixando de lado aqueles em que se sente mais vulnerável.

Para que o formador esteja atento e não caia numa lógica doentia a respeito da sua função na comunidade, é fundamental que adote uma escala de valores bem clara, a fim de verificar os âmbitos da sua competência, “quais os aspectos a respeito dos quais intervir e aqueles, ao contrário, que convém ignorar como irrelevantes para um crescimento humano e espiritual das pessoas que lhe estão confiadas” (BISSI, 1987, p. 25).

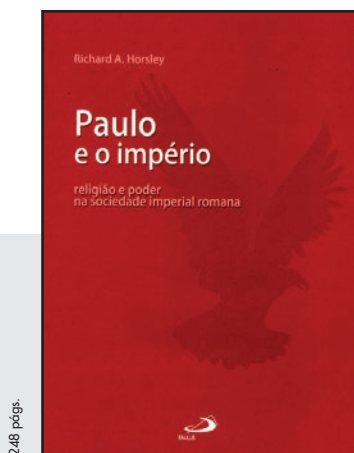
Bissi propõe algumas questões que favorecem o cumprimento da missão com

**“A PROPOSTA DE JESUS É REAGIR À
CRUELDADE DOS OUTROS, COM UM
EXERCÍCIO CONSTANTE DO MINISTÉRIO
DA MISERICÓRDIA”**

Paulo e o império

Religião e poder na sociedade
imperial romana

Richard A. Horsley



248 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

Há quase dois mil anos Paulo é tido como alguém que não ousou discordar do Império Romano.

Esse tipo de leitura só serviu para justificar os imperialismos do passado e só servirá para conservar os do presente. Um grupo de estudiosos aceitou o desafio de ler Paulo no contexto do imperialismo romano como alguém que ousou caminhar contra a corrente e com propostas alternativas. O livro é fruto desse esforço e será um divisor de águas nos estudos bíblicos.

Vendas: (11) 3789-4000
08000-164011

paulus.com.br

simplicidade e alegria de coração: As minhas intervenções teriam sido realmente necessárias? Omiti intervenções, que teriam sido indispensáveis, por medo da crítica, da recusa, da agressividade que teriam provocado em meus irmãos/ãs? Em que baseio a estima?

4.3. O exercício da autoridade como “procura de compensação afetiva”

É o caso do superior/formador “que, percebendo seu papel central na comunidade, vê nisso um meio de conseguir mais atenção, mais afeto, maior interesse pela própria pessoa” (BISSI, 1987, p. 27). Algumas reações especiais são percebidas: o permissivismo; uma atitude de vaidade muito sutil. Contudo, essa realidade não quer dizer que a amizade, as relações afetuosas devem ser proscritas dos nossos ambientes. A meta é sempre “construir comunidades evangélicas, cujos membros procuram, em primeiro lugar, crescer no amor a Deus e aos irmãos” (BISSI, 1987, p. 28).

5. O EXERCÍCIO DA AUTORIDADE COMO CONVITE À TRANSCENDÊNCIA

O chamado de Deus ao serviço da autoridade atinge a pessoa por inteiro “e encontra a sua resposta mais acabada e a adesão mais total na capacidade humana de autotranscendência, que torna a pessoa disponível para acolher o convite de Deus ao serviço dos irmãos/ãs, com atitudes de total adesão à sua vontade” (BISSI, 1987, p. 29). Dessa forma, é possível criar equilíbrio e harmonia interior, para colocar todo o ser nas mãos de Deus.

É ascese que exige “passos interiores”: do desejo de dependência à solidão criativa; da insegurança e medo à capacidade de dizer abertamente a própria opinião; do desejo de dominação à capacidade de deixar que todos colaborem; do vedetismo à capacidade de deixar emergir os dotes e os talentos dos formandos com os quais se vive.

Dessa maneira, é normal que exista contínua tensão entre a realidade psicossocial e

a espiritual-racional. No fundo, a diferença entre duas concepções de autoridade (como fonte de poder ou como dom de Deus para o serviço dos irmãos) poderá determinar muitas atitudes no interior das comunidades.

O caminho será sempre uma renovação permanente, de forma que formandos e formadores busquem se compreender, empenhando-se para alcançar um coração convertido e a disponibilidade para servir os irmãos. Bissi recorda alguns “meios” capazes de ajudar o caminho de crescimento: “capacidade de propor para si mesmo metas realistas, seja no que diz respeito ao próprio papel, seja no que diz respeito às tarefas da comunidade” (BISSI, 1987, p. 30). Nesse caso, faz-se necessário estar atento a certos superiores que são mais agitados e, na prática, fazem pouco. Estes, sempre e em toda parte, são disponíveis, com uma disponibilidade excessiva, mas, na verdade, mascaram inconsciente busca de segurança.

“Outro meio importante é o conhecimento de si e, por consequência, o uso de meios psicológicos apropriados, como a consulta e a psicoterapia” (BISSI, 1987, p. 31). É bom recordar que existem diversas abordagens psicológicas e que algumas estão em aberta contradição com a visão antropológica bíblica, com o conceito de pessoa tal como é apresentado pelo cristianismo. Nesse sentido, já é tempo de superar o conceito de psicologia entendido como “ajuda para casos de perturbação”. Em todo esse caminho, reconhece Bissi, o meio insubstituível para um amor cada vez maior a Deus e aos irmãos é a oração: como ausculta do Espírito, que chama a pessoa a ser sua humilde colaboradora; como atitude de confiança para com Deus; como consciência da própria pobreza diante de Deus e, ao mesmo tempo, como fé corajosa na ajuda oferecida por ele.

Na caminhada da vida comunitária, o momento da revisão de vida pode favorecer o esclarecimento, pelo formador, dos conflitos

comunitários, “sem envolver-se com os dinamismos psicológicos, mas também sem fechar os olhos diante dos problemas” (BISSI, 1987, p. 32). A revisão de vida deve ser enfrentada num clima evangélico!

Assim, o Evangelho nos convida a ser francos, nos limites da caridade (Lc 10,27b); a tomar consciência das nossas limitações pessoais, a fim de nos corrigirmos (Lc 6,42); quer-nos capazes de enfrentar os problemas com abertura, sinceridade, firmeza, coragem (Mt 5,37); finalmente, diante dos nossos temores, lembra-nos que “quem age na verdade, vem a conhecer a luz” (Jo 3,21) (BISSI, 1987, p. 33).

“Um último meio de crescer na capacidade de amar é a vida comunitária como lugar de reconciliação recíproca e constante” (BISSI, 1987, p. 33). O papel do superior – que, como lembrávamos atrás, está, na maioria das vezes, no centro dos conflitos comunitários – torna-se ocasião proporcionada pelo Senhor para exercitar-nos no perdão misericordioso e no humilde pedido de perdão àqueles que, sem que o quiséssemos, podem ter sido ofendidos.

CONCLUSÃO

Concluindo esse percurso, podemos afirmar que a missão daqueles que exercem a autoridade dentro das comunidades formativas – no nosso caso, nos seminários – é não apenas de suma importância e de grande valia, mas também um instrumento formativo de forte incidência na vida dos seminaristas. A primeira conclusão a que Ana Bissi nos conduz é que a missão da autoridade, no que concerne aos formadores, é de guia da comunidade e daqueles que lhes foram confiados. Por isso, cabe às autoridades uma busca atenta do simbolismo da sua função, para superar tantos entraves que surgem no processo formativo.

Em segundo lugar, Bissi nos possibilita enxergar os formandos de forma diferente. Eles precisam ser compreendidos mais profundamente e auxiliados a superar as muitas dificuldades surgidas na relação – tão necessária e exi-

gente – com os formadores. Por isso, cabe aos formadores atenção para perceber as diversas reações imaturas à sua autoridade. Principalmente, os formadores são chamados a serem misericordiosos, diante de tantas fragilidades e imaturidades que os formandos carregam, e, ao mesmo tempo, serem auxílios eficazes, para que aqueles superem suas imaturidades. A reflexão da autora nos ajuda a entender a responsabilidade daquele que exerce a autoridade dentro da comunidade. Se ele não estiver atento a si, à sua história, o exercício da autoridade pode ser causa de muitos conflitos e vários problemas.

Por último, e não menos importante, a reflexão de Bissi nos mostrou como a autoridade do formador pode ser uma ponte para a passagem do formando de um nível de imaturidade para a maturidade, marcada pela transcendência. Nesse sentido, é preciso que os formadores percorram esse caminho de amadurecimento e de transcendência, para que não sejam um obstáculo aos formandos, mas auxílio à superação de suas limitações – muitas das quais inconscientes –, e estes possam viver uma integração sadia na caminhada formativa. Assim, será possível, para os formandos, um futuro ministério maduro e o exercício da autoridade como um serviço importante e necessário em meio ao povo de Deus e para o bem desse mesmo povo. **vp**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BISSI, A. *Minhas origens remontam a ti, Senhor*. São Paulo: Paulinas, 1987.
- CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *O dom da vocação presbiteral: Ratio Fundamental*. Institutionis Sacerdotalis. Brasília: CNBB, 2017.
- CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E AS SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA. *O serviço da autoridade e a obediência*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- RISÉ, C. *A inaceitável ausência do pai*. São Paulo: Cidade Nova, 2007.

A Igreja católica e sua relação com o poder

O estudo do exercício do poder na religião sempre causa certo receio. Na segunda carta de São Paulo aos Tessalonicenses, fala-se de uma bipolaridade de poderes dentro da Igreja, conteúdo esse que foi objeto de reflexão por parte de intelectuais como Ticônio, Santo Agostinho e o papa emérito Bento XVI. Poder que também perpassa a pessoa dos papas, seja Celestino V, no século XIII, seja Francisco, no século XXI.

EU SOU O
CAMINHO
A VERDADE
E A VIDA

*Fernanda Moro Cechinel é mestre e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista Capes DS. Agente de pastoral atuante na Paróquia Nossa Senhora das Necessidades, em Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis-SC. Membro do Movimento de Emaús da arquidiocese de Florianópolis.
E-mail: fernandamcechinel@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A Igreja católica apostólica romana, desde sua fundação, anunciada por Cristo a Pedro: “Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei minha Igreja, e as forças do inferno não poderão vencê-la” (Mt 16,18b), passou a sofrer com as mazelas do mundo no qual está inserida – ou, como diz o próprio versículo, com “as forças do inferno”, que não podem vencê-la, mas deixam-lhe enorme desafio. Todavia, mesmo que os contratempos sejam mundanos, a solução vem do alto. Cristo, nos seus três anos de vida pública, ensinou a solução para os problemas que as gerações vindouras enfrentariam e que, consequentemente, atingiriam sua Igreja.

Uma das questões que acompanham a Igreja como uma sombra é o poder. Afinal, o que é essa força capaz de construir e destruir? A Igreja católica, há alguns anos, viveu algo quase impensável: a eleição de um papa por conta da renúncia do anterior. Logo após a renúncia de Bento XVI, muitas perguntas ecoaram: E agora, o que fazer? Com nova eleição, qual seria o papel de Bento XVI? A renúncia fez que se recuperasse a história de Celestino V e Bonifácio VIII, ocorrida no final do século XIII. E aqui vemos a discussão sobre o poder aparecendo novamente.

Tanto Celestino V quanto Bento XVI, ao renunciarem, alegaram a fragilidade do “corpo” e, diante das “doenças” que assolavam esse “corpo”, disseram não se sentir capazes de enfrentá-las. Esse “corpo”, como nos mostra Giorgio Agamben em *O mistério do mal – Bento XVI e o fim dos tempos* (2015), é a própria Igreja. Aqui, renunciar não significou covardia, e sim um ato de humildade, de reconhecimento da pequenez e da incapacidade diante das dificuldades. Bento tornou-se papa emérito, e Francisco assumiu a cátedra de Pedro. Ao menos pelo que se tem noticiado, inspirando até mesmo obras de ficção – recordemos o filme *Dois papas* (2019) –,

ambos vivem em clima fraterno. Bento sabe que seu papel agora é rezar pelo seu sucessor e pela Igreja de Cristo.

Eis que, com Francisco, emerge também a questão do poder, seja pela sua condição de papa, seja pelo poder que exerce (ou deveria exercer) sobre os cristãos, seja pela sua posição de líder capaz de se posicionar diante das questões do mundo. Mas quem é esse homem? É alguém que escolheu como nome Francisco e que exala simplicidade e humildade, mas, com palavras, movimenta o mundo eclesástico e laico. Esse homem, como ele mesmo disse em seu primeiro discurso, é aquele a quem “os cardeais foram buscar no fim do mundo”. Uma das lições de Francisco é nos remeter à origem de Cristo. Quando se esperava que o rei salvador viesse dos palácios de Jerusalém, veio um pobre bebê, nascido num estábulo em Belém, filho de uma jovem menina e de um carpinteiro. Da mesma forma, talvez o mundo esperasse que aquele que surgiria para curar o “corpo” fragilizado pelas “doenças” viesse das suntuosas igrejas europeias, mas Deus é criativo, e o escolhido foi um sul-americano vindo da periferia da Argentina.

O mundo se movimentou, o centro europeizado da Igreja sentiu seu poder diminuído (eis aí o tema do poder outra vez). No desenvolver do seu ministério petrino, Francisco, com suas declarações e posicionamentos, novamente fez o mundo se agitar. Muitos o acusaram (acusam) de estar se intrometendo onde seu poder não tem validade. No entanto, a revista *Fortune*, em 2018, tal como outras prestigiosas publicações, apontou-o como o líder mais influente do mundo. Com Francisco, a Igreja se descentralizou: já não o mundo deveria voltar seus olhos a Roma, mas Roma deveria voltar seus olhos ao mundo, aos extremos, à periferia. Assim, Francisco pede a cada um dos seus sacerdotes e leigos que saiam de seu centro e cheguem até o(s) outro(s) lado(s). Como fazer isso? Francisco aponta para Cristo, aquele que nos deixou todas as respostas.

“CRISTO, NOS SEUS TRÊS ANOS DE VIDA PÚBLICA, ENSINOU A SOLUÇÃO PARA OS PROBLEMAS QUE AS GERAÇÕES VINDOURAS ENFRENTARIAM”

1. O PODER

O binômio religião e poder sempre causou desconforto quando suscitado, geralmente porque a religião está ligada a algo espiritual, superior, enquanto o poder se vincula ao mundo, esfera inferior. E entre céus e terra encontra-se o ser humano – mais especificamente, para nossa discussão, um homem, o papa, representante máximo de Deus entre nós e autoridade máxima para o mundo católico. Como então conciliar essas duas faces? Como mantê-las em equilíbrio?

Os questionamentos em relação ao envolvimento político e à secularização da Igreja católica são uma constante ao longo da história do cristianismo, despertando o interesse de intelectuais, como o escritor italiano Ignazio Silone, que não deixou de indagar, por meio de suas obras literárias, esse conturbado envolvimento. Em uma de suas publicações, *L'avventura d'un povero cristiano* (1968), o drama histórico do papa Celestino V foi recuperado. A obra remonta à trajetória vivida, no século XIII, pelo eremita frade Pietro Angelerio del Morrone, que vivia fisicamente afastado do poder central da Igreja católica, nas montanhas de Abruzzo, e inesperadamente, após longo conclave, foi nomeado papa.

Celestino V, com a esperança de que poderia reconduzir a Igreja a um caminho baseado nos preceitos religiosos, aceitou essa incumbência “divina”. Quando começou seu papado, porém, percebeu que dificilmente as decisões dessa instituição secularizada poderiam ser desvinculadas de um interesse político. Diante do distanciamento da Igreja em relação à religião e, conseqüentemente, de sua vinculação à política, Celestino

V, em 1294, renunciou ao cargo e tentou voltar para as montanhas de Abruzzo. No entanto, o papa eleito, Bonifácio VIII, após essa renúncia, por medo mandou prender Celestino V, que, tempos depois, foi encontrado morto na cela.

A todo instante, ao nos debruçarmos sobre o percurso da Igreja católica ao longo da história, o poder, nas suas mais diversas acepções, aparece. Mas, afinal, o que é o poder? A palavra tem sua origem no latim e significa “ser capaz de”. É interessante notar que poder é ser, não ter – ou seja, trata-se de capacidade inata ou desenvolvida, mas não relacionada à posse. Como exercer essa capacidade na Igreja?

Celestino V não conseguia compreender como seria possível que uma instituição religiosa fosse governada não pelas leis de Deus, mas pelas leis dos homens. Ele, utopicamente, tinha a intenção de mudar o rumo da Igreja, a qual estava temporariamente chefiando; contudo, encontrou uma estrutura já rígida, que o impediu de modificá-la, e, diante dessa sua impotência, sua trajetória como papa foi curta. Bonifácio VIII, por sua vez, simbolizou o lado da Igreja secularizada, a qual deveria ser gerida como um Estado, sendo a religiosidade um instrumento de legitimação do poder. Na história, inúmeros são os relatos que põem frente a frente duas Igrejas distintas, como a que foi proposta por Celestino V e aquela de Bonifácio VIII. Já na profecia de São Paulo, como veremos adiante, essa natureza bipolar também pode ser encontrada. Dessa forma, percebemos que a visão de Ignazio Silone é a de uma Igreja sóbria, popular, ágil, com seu ofício descomprometido com o poder temporal.

1.1. Os dois lados do poder: a bipolaridade na segunda carta de São Paulo aos Tessalonicenses

A segunda carta de São Paulo aos Tessalonicenses, escrita por volta do ano 51 d.C., quando o apóstolo estava na cidade de Corinto (Grécia), teve, como uma de suas motivações, a interpretação equivocada da primeira carta, que tratava da vinda de Cristo. Essa segunda carta considera a existência de uma bipolaridade de poderes; o mal, chamado de iníquo, emergiria dentro da Igreja. Ele seria o corpo formado por aqueles que, devendo zelar pelo cumprimento dos preceitos do cristianismo, não o fizeram. Somente com a segunda vinda de Cristo, a parusia, é que ocorreria a separação entre esses poderes. Ao longo da história, as interpretações dessa carta foram feitas, entre outros, por Ticônio, Santo Agostinho e pelo papa emérito Bento XVI.

Ticônio viveu na África, na segunda metade do século IV, sendo responsável pela escrita do *Liber regularum*, composto de sete regras que auxiliariam uma melhor compreensão das Sagradas Escrituras. Dentre essas orientações, destaca-se a segunda – *De Domini corpore bipartito* – e a sétima – *De diabolo et eius corpore*. Ticônio parte do entendimento de que a Igreja é o verdadeiro corpo de Deus, afirmando, portanto, a existência de um só corpo bipartido.

Mais tarde, os estudos de Ticônio possibilitaram as considerações de Santo Agostinho, reunidas na obra *A cidade de Deus* (426 d.C.). Nesse texto, Agostinho aprofunda a reflexão de Ticônio sobre um corpo constituído por dois lados, fazendo referência à existência de duas cidades: uma de Deus, da qual a Igreja faz parte, e outra dos homens, na época o Império Romano. Agostinho acreditava que o mal estaria dentro da própria Igreja, passando-se por Deus, o que poderia ser o chamado mistério

A Igreja tem salvação?

Hans Küng



296 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

Durante toda sua vida, Hans Küng serviu à Igreja Católica: como teólogo respeitado no mundo inteiro, como padre e como autor renomado. Agora, mais uma vez ele comprova seus serviços prestados ao fazer uma análise contundente da instituição. Para isso, analisa o passado, o presente e o futuro da Igreja ao abordar assuntos que estão intimamente relacionados a ela, como o Concílio Vaticano II, a Reforma Protestante e demais temas.

Vendas: (11) 3789-4000
08000-164011

paulus.com.br

da iniquidade. Somente quando esse mal se insurgisse dentro dela e tomasse corpo próprio ocorreria a parusia.

Outro que se dedicou aos estudos da referida carta paulina foi o cardeal Joseph Ratzinger, atual papa emérito Bento XVI. No ano de 1956, ele publicou, na *Revue des Études Augustiniennes*, o artigo intitulado “Considerações sobre o conceito de Igreja de Ticônio no *Liber regularum*”. O texto de Ratzinger foi baseado na segunda regra do *Liber regularum*. Sua conclusão foi que “o conteúdo essencial da doutrina do *corpus bipartitum* [...] consiste na tese de que o corpo da Igreja tem dois lados ou aspectos: um ‘esquerdo’ e outro ‘direito’, um culpado e um bendito, que, contudo, constituem um único corpo” (RATZINGER *apud* AGAMBEN, 2015, p. 9).

Recorda Agamben que Bento XVI, em um discurso feito em 22 de abril de 2009, disse que a Igreja católica, por meio de sua pessoa, estava consciente do que Ticônio havia dito, já não ignorando esse fato, como havia feito até aquele momento; ou seja, o então papa reconheceu que, dentro da própria esfera da Igreja, poderia haver, sim, um “lado esquerdo” que provocaria a parusia.

Ao verificarmos que a palavra “religião” vem do latim *religare* – “religar” –, poderemos buscar o entendimento de que o verdadeiro sentido da segunda vinda de Cristo está além da extirpação do mal que emergirá da Igreja, mas é, antes, *religar* o ser humano a Deus.

2. QUANDO RENUNCIAR NÃO É FRAQUEJAR?

Jesus Cristo, porque era forte, não fraquejou diante das tentações do maligno. Se pensarmos nas renúncias de Celestino V e Bento XVI por essa ótica, poderemos vê-las muito mais como uma resistência ao mundano do que como um ato covarde. Renunciaram para o bem, por bem; porque foram humildes o suficiente para reconhecerem que continuar à frente da Igreja é que

seria fraquejar ante as tentações do mundo. O papa Celestino V, na obra ficcional de Ignazio Silone, renunciou por não conseguir mexer na engrenagem política que se instalou na Igreja do século XIII; será que esses foram os mesmos motivos pelos quais outro papa renunciou, oito séculos depois? Em *O mistério do mal* (2015), Agamben suscita essa dúvida, ao elencar indícios relativos às razões que possivelmente levaram Bento XVI a cometer o ato, visto como de exemplar coragem.

O então papa Bento XVI, vendo sua impotência diante dos escândalos que assombravam seu papado e evidenciavam ainda mais as fissuras no interior da Igreja católica, alegou uma fraqueza do corpo e renunciou. O conhecimento do cardeal Ratzinger das teorias de Ticônio e Agostinho é apontado por Agamben (2015) como um dos indícios envolvidos em sua renúncia. Outro indício seria a viagem a Áquila, feita por Bento XVI em 2009. Na ocasião, o papa visitou o túmulo de Celestino V e depositou ali o seu pálio papal. O que essa atitude significa? Coroar um papa que renunciou? O pálio simboliza a soberania do poder papal. Além de ver, como Agamben, o ato de Bento XVI de retirar o pálio papal do pescoço como uma premeditação de sua renúncia, podemos entendê-lo como a vontade daquele homem de destituir-se do poder a ele creditado, repassando sua responsabilidade a outro. Por fim, um terceiro indício deriva da análise, feita por Agamben, dos discursos de renúncia de Celestino V e Bento XVI, em que ambos justificam a fraqueza do corpo como um dos motivos da renúncia:

Eu, papa Celestino V, movido por causas legítimas, isto é, em razão de humildade, de uma vida melhor, e para manter íntegra minha consciência, devido à fraqueza do corpo [...], por enfermidade da pessoa, e a fim de retomar a calma da minha



“É INTERESSANTE NOTAR QUE
PODER É SER, NÃO TER – OU SEJA,
TRATA-SE DE CAPACIDADE INATA
OU DESENVOLVIDA, MAS NÃO
RELACIONADA À POSSE”

antiga consolação; espontaneamente e livremente abandono o pontificado e renuncio (CELESTINO V *apud* AGAMBEN, 2015, p. 43).

Já no seu discurso, Bento XVI afirma:

Depois de ter repetidamente examinado a minha consciência diante de Deus, estou certo de que minhas forças, devido à idade avançada, não são mais aptas para exercer de maneira adequada o ministério petrino [...]. Todavia, no mundo de hoje, sujeito a rápidas transformações e agitado por questões de grande relevância para a vida da fé, para governar a barca de São Pedro e anunciar o Evangelho é necessário também o vigor tanto do corpo como da alma, vigor que, nos últimos meses, em mim é diminuído em modo tal de dever reconhecer a minha incapacidade de administrar bem o ministério a mim confiado (BENTO XVI *apud* AGAMBEN, 2015, p. 47).

Então, nesse contexto, que significado assume a renúncia? Para alguns – como se supõe tenha sido a opinião de Dante –, a renúncia deve ser encarada como um ato de covardia. No entanto, as renúncias em questão podem ser entendidas não como uma atitude covarde, mas como um ato de coragem, segundo o entendimento de ambos os papas de que, no lugar em que estavam, nada poderiam fazer, mas talvez, ao se afastarem, seu exemplo poderia ser seguido e somente assim provocaria uma mudança concreta na instituição cristã. O afastar-se, no caso, não significa desistência, mas crença em que, dessa forma, seriam mais úteis. Silone, entre outros entendimentos, quis passar a mensagem de que a renúncia pode ser um gesto de amor extremo. Para Agamben, a renúncia é um ato de coragem, em face da situação degradante em que se encontrava a Igreja. Entretanto, esse ato chama a atenção para quão humana é a Igreja católica; uma humanidade que lhe permite, assim como às pessoas, ser pecadora, recuar e ter esperança.

3. PAPA FRANCISCO

Com a renúncia de Bento XVI, após breve conclave, o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio foi eleito papa, assumindo, significativamente, o nome de Francisco, com referência à figura de São Francisco, o “pobrezinho de Assis”, que, como se sabe, se despiu de todas as suas riquezas. A simplicidade no viver e nas ações nos remete à figura de Jesus. No entanto, o que chama a atenção, no século XXI, é a postura do atual papa de conclamar todos, principalmente os religiosos, a optar pela simplicidade, pilar cristão que foi deixado à margem com o passar dos tempos.

Em dezembro de 2014, o papa Francisco, em seu discurso de Natal aos cardeais e demais membros da Cúria Romana, utilizou metaforicamente a imagem do menino Jesus na manjedoura, conclamando-os a um retorno à vida humilde, evocada pela cena. Partindo do entendimento de que a Cúria de Roma é “como um pequeno modelo da Igreja, isto é, como um ‘corpo’” que “não pode viver sem se alimentar e tratar”, o pontífice acrescentou: “no entanto ela, como qualquer corpo, como todo corpo humano, está sujeita também às doenças, ao mau funcionamento, à enfermidade”. O papa apresentou 15 doenças que afetam esse corpo, como a doença do acumular e a doença do lucro mundano. Para Francisco, a doença do acumular manifesta-se “quando o apóstolo procura preencher um vazio existencial no seu coração acumulando bens materiais não por necessidade, mas apenas para se sentir seguro [...] A acumulação apenas torna pesado e retarda inexoravelmente o caminho!” (FRANCISCO, 2014a). A seu ver, o acumular “não por necessidade, mas apenas para se sentir seguro” evidencia o lado terreno da Igreja, que iniciou pobre, mas foi adquirindo bens que ultrapassaram o *status* de necessidade para se tornarem mero

acúmulo. O poderio da Igreja, conquistado também pelo dinheiro, proporciona a ela certa segurança. Por isso, a dificuldade de atender ao pedido papal.

A outra doença que atinge a saúde do Corpo, apontada pelo papa como a doença do lucro mundano, ocorre “quando o apóstolo transforma o seu serviço em poder, e o seu poder em mercadoria para obter lucros mundanos ou mais poder. É a doença das pessoas que procuram insaciavelmente multiplicar seu poder” (FRANCISCO, 2014a).

Também aqui as atitudes da Igreja do tempo de Celestino V encontram correspondentes: o agir não por necessidade, mas pelo engrandecimento do poder – busca que, retomando a análise de Agamben, parece levar a um processo sem finalidade e, por isso, infinito, justamente por ter perdido os objetivos indicados por sua dimensão espiritual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura é terreno privilegiado para captar as tensões de uma época. A ficção, portanto, age como elemento que potencializa uma discussão profunda sobre o ser humano, a religião e a política, sobre o ser humano e o poder. Silone via na literatura uma forma de expressão, e nessa produção, sem dúvida, havia a esperança de que os grandes poderes, Igreja e Estado, pudessem compartilhar de um humanitarismo para proporcionar justiça social. É inegável que tanto Igreja quanto Estado devam existir para a construção da sociedade, cada um cumprindo seu papel.

A escrita de Ignazio Silone era uma forma de fazer as pessoas refletir sobre a vida humana. O escritor-intelectual cumpre seu papel de ser sensível ao mundo à sua volta e não deixar a realidade passar despercebida nem ser ignorada; ele potencializa na ficção essas fissuras, para que as denúncias ecoem,

na esperança de que as pessoas atentem para a realidade, provocando nelas uma reação. Na literatura siloniana, a atitude de renunciar surge ligada a um sentimento de esperança. Esperança que Deus, segundo o papa Francisco, também tem na sua criação:

[...] o curso dos séculos tem sido marcado por violências, guerras, ódio, prepotência. Mas Deus, que havia posto suas expectativas no homem feito à sua imagem e semelhança, esperava. Deus esperava. O tempo de espera fez-se tão longo que a certo momento, quiçá, deveria renunciar; mas Ele não podia renunciar, não podia negar-se a si mesmo (cf. 2Tm 2,13). Por isso, continuou a esperar pacientemente em face à corrupção de homens e povos. A paciência de Deus... Como é difícil compreender isto: a paciência de Deus para conosco! (FRANCISCO, 2014b). **vp**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *O mistério do mal: Bento XVI e o fim dos tempos*. Tradução de Silvana de Gaspari e Patrícia Peterle. São Paulo: Boitempo, 2015.

PAPA FRANCISCO. *Discurso do papa Francisco no encontro com os cardeais e colaboradores da Cúria Romana para a troca de bons votos de Natal*, 2014a. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/december/documents/papa-francesco_20141222_curia-romana.html>. Acesso em: 29 out. 2020.

_____. *Homília do papa Francisco na santa missa da noite de Natal*, 2014b. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2014/documents/papa-francesco_20141224_omelia-natale.html>. Acesso em: 29 out. 2020.

SILONE, Ignazio. *L'avventura d'un povero cristiano*. Milano: Oscar Mondadori, 2001.

Teologia do pluralismo religioso

Para uma releitura pluralista do cristianismo

José Maria Vigil



472 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK

O primeiro livro de teologia do pluralismo religioso publicado no Brasil com a pretensão de fazer uma exposição sistemática e completa desse ramo tão jovem da teologia. Além disso, a obra é também um manual, um instrumento didático pensado para apresentar essa matéria nova e permitir seu aprofundamento por meio de um curso de teologia popular com 24 lições, dotado de uma abordagem pedagógica e pastoral adequada.

Vendas: (11) 3789-4000
08000-164011

paulus.com.br

O tradicionalismo como ameaça para uma Igreja em saída

O artigo leva em consideração o fenômeno do tradicionalismo católico como um desafio ao discernimento da fé e como ameaça para uma Igreja em saída. Os tradicionalistas são hoje bem visíveis dentro da Igreja católica, afirmando um modelo de verdade fixa e universal advinda do passado como solução das crises atuais. As páginas deste texto pretendem oferecer elementos para a compreensão e discernimento da tendência tradicionalista.

*Pe. Eliseu Wisniewski, cm, é presbítero da Congregação da Missão Província do Sul (Padres Vicentinos), mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) e doutorando em Teologia pela mesma universidade.
E-mail: eliseu.vicentino@gmail.com



EU SOU O
CAMINHO
A VERDADE
E A VIDA

Introdução

A Igreja, como sacramento universal de salvação, existe para evangelizar. Não existe outra razão, a não ser essa. Fiel à sua missão, a Igreja, conduzida pelo Espírito, escuta os sinais dos tempos, discernindo e revendo sua prática pastoral como resposta aos desafios que emergem a cada tempo, proclamando com coragem, entusiasmo e criatividade a mensagem do Evangelho. Anuncia sempre o mesmo Evangelho. As transformações sociais, culturais, políticas, religiosas que experimentamos como cidadãos e cristãos pedem que a Igreja, em sua missão evangelizadora, saiba transmitir, por meio de linguagens sempre adaptadas à realidade presente, sua mensagem de modo condizente com os desafios e inquietações atuais, encarnando a Palavra revelada na história e fazendo fecundar a vida dos seguidores de Jesus. Caso contrário, a Igreja será vista como realidade arcaica e pouco significativa para nossos contemporâneos.

Com essa consciência eclesial, dom Walmor Oliveira de Azevedo, atual presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em vídeo e texto publicado no *site* dessa instituição e reproduzido em outros *sites*, apresentou três ameaças e três oportunidades para a Igreja católica no Brasil nos próximos cinco anos. Ameaças: 1) o crescimento de segmentos conservadores e reacionários; 2) as dificuldades para reverter situações com funcionamentos pesados; 3) a fragilização de processos de evangelização e serviços em defesa e promoção da vida. Oportunidades: 1) novo modo de presença pública da Igreja, advindo da escuta das mudanças em curso na cultura mundial; 2) recuperação da força do cristianismo como

vetor determinante do sonho de um mundo novo, solidário e fraterno; 3) conquista de novas feições e dinâmicas na ministerialidade da Igreja à luz da mistagogia evangélica.

Neste texto, concentramos nossa atenção na primeira ameaça: o crescimento de segmentos conservadores e reacionários. Nos últimos tempos, esses grupos e tendências ganharam força política, pastoral, moral e litúrgica dentro da Igreja católica e crescente visibilidade nas redes sociais, gerando resistências e empecilhos para uma evangelização consequente com os tempos atuais. Segundo dom Walmor, esses grupos têm levado “à estagnação e ao comprometimento do diálogo construtivo, com preponderância de obscurantismos e escolhas medíocres, com força de justificação das desigualdades existentes e neutralização magistral da Doutrina Social da Igreja”.

Concordamos também com o que o papa Francisco constata na encíclica *Fratelli Tutti* (FT), quando afirma que “a história dá sinais de regressão”, com “conflitos anacrônicos que se consideravam superados”, bem como com o ressurgimento de “nacionalismos fechados, exacerbados, ressentidos e agressivos” (FT 11). Nas “sombras de um mundo fechado”, em que os “sonhos são desfeitos em pedaços” (FT, título e subtítulo do 1º capítulo), Francisco reconhece que o atual momento é difícil e o tempo da humanidade é obscuro, uma vez que “criam-se novas barreiras de autodefesa, de tal modo que deixa de haver o mundo, para existir apenas o ‘meu’ mundo” (FT 27), sendo preciso

reconhecer que os fanatismos, que induzem a destruir os outros, são protagonizados

**“O TRADICIONALISMO NASCEU NUM CONTEXTO HISTÓRICO
DEMARcado POR SUJEITOS E IDEAIS DEFINIDOS E SE DESENVOLVEU,
NAS ÉPOCAS POSTERIORES, EM FORMATOS VARIADOS”**

também por pessoas religiosas, sem excluir os cristãos, que podem fazer parte de redes de violência verbal através da internet e vários fóruns ou espaços de intercâmbio digital. Mesmo nos *media* católicos, é possível ultrapassar os limites, tolerando-se a difamação e a calúnia e parecendo excluir qualquer ética e respeito pela fama alheia (FT 46).

Empenhados em contribuir para que a Igreja seja uma Igreja em saída, hospitaleira, missionária, que ajude de fato a recompor o esgarçado tecido de nossa sociedade brasileira, não podemos deixar de examinar essa tendência tradicionalista que contradiz a finalidade missionária, a razão de ser da Igreja. Buscaremos entender melhor esse fenômeno, orientando-nos pelas ideias/reflexões do dr. João Décio Passos presentes no livro *A força do passado na fraqueza do presente. O tradicionalismo e suas expressões*. Seguindo de perto a estrutura desse livro e transcrevendo as ideias fundamentais aí contidas, iniciaremos nossa reflexão aproximando-nos dessa temática do ponto de vista conceitual. Em seguida, abordaremos as estruturações do tradicionalismo e suas afinidades políticas, e concluiremos propondo alguns discernimentos que se fazem necessários. Esses pontos ajudarão a detectar elementos que perfilam a frente tradicionalista com seus projetos bem demarcados, presentes em posturas implícitas e explícitas em muitos grupos institucionizados dentro da Igreja, em programas exibidos pelos canais católicos de televisão, em homilias dominicais e em discursos que circulam pelas redes sociais.

1. “Fora do passado não há salvação.”

Considerações sobre os tradicionalismos

Não parece ser necessário exigir pesquisas numéricas para demonstrar a existência de grupos e tendências tradicionalistas visíveis e atuantes no interior da Igreja católica.

A Verdade é sinfônica

Aspectos do pluralismo cristão

Hans Urs von Balthasar



160 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK

Através da metáfora “sinfônica”, o autor nos ajuda a perceber que a rica pluralidade de carismas e ministérios eclesiais não é incompatível com sua unidade. Ao contrário, não é necessário se afastar um milímetro sequer do centro do mistério de Cristo. É através dele que se descortina um imenso espaço de liberdade e pluralidade na unidade da Igreja Católica, garantida pelo Espírito Santo.

Vendas: (11) 3789-4000
08000-164011

paulus.com.br

“O TRADICIONALISMO
FOI CONSTRUÍDO COMO
UMA ESPÉCIE DE ANTÍDOTO
CONTRA A MODERNIDADE”



O tradicionalismo católico atravessou o século XX com seus ideários, projetos, grupos e tendências. Trata-se de sistema, de matriz escolástica, que se estrutura e opera com base em uma cosmologia teocêntrica, em uma filosofia da história, em uma epistemologia essencialista, em uma sociologia cristã, em uma antropologia pessimista, em uma moral autoritária e em uma devoção espiritualista. Como grupo e como tendência, existem ao menos desde o século XIX. Saíram dos velhos guetos institucionais, romperam com as posturas diplomáticas e com a etiqueta da elegância eclesial e assumiram a lógica das bolhas sociais, reproduzidas pelas redes sociais. Sejam grupos mais intelectualizados ou mais militantes, sejam mais institucionalizados ou mais espontâneos, estão todos dispostos a enfrentar aquilo que julgam ser um desvio doutrinal e atacar os sujeitos divulgadores dos erros, tachando-os como perigosos, a fim de serem expurgados da Igreja.

O tradicionalismo foi construído como uma espécie de antídoto contra a modernidade. Encara o presente como crise, entendendo os tempos modernos como equivocados e, por si mesmos, sem solução, incapazes de propor uma referência de valor e ação, retirada de um fundamento seguro de verdade recebido do passado como revelação de Deus ou como lei inscrita na própria natureza.

Considerando-se portadores da autêntica tradição, os tradicionalistas se entendem e se definem como os autênticos católicos, que se opõem aos católicos equivocados. Reivindicam não somente um lugar legítimo dentro do catolicismo, mas também uma posição de portadores da verdade autêntica da tradição cristã e, com frequência, são intolerantes às diferenças religiosas e políticas. Perfilam um tipo de catolicismo que se referencia por visões, valores e práticas de matriz pré-moderna; legitimam-se com

base no passado e têm grande dificuldade de assimilar as mudanças do presente, sobretudo no que se refere às que ocorrem no campo da doutrina, da moral e das vivências litúrgicas católicas.

O tradicionalismo nasceu num contexto histórico demarcado por sujeitos e ideais definidos e se desenvolveu, nas épocas posteriores, em formatos variados. Assim sendo, é preciso distinguir o tradicionalismo ao menos em dois conceitos próximos. O primeiro diz respeito à escola filosófico-teológica, organizada na França do século XVIII e XIX, denominada “tradicionalismo”, que mereceu a condenação de papas – vejam-se, por exemplo, as encíclicas *Mirari Vos* (1832), *Singulari Nos* (1834) e *Pascendi* (1907) –, por afirmar a revelação como única fonte de verdade e, por conseguinte, negar a possibilidade de acesso à verdade por meio da razão. A segunda distinção diz respeito à própria noção de tradição (*traditio*) como transmissão dos conteúdos da fé, nos diferentes tempos e nos espaços, pelos seguidores de Jesus Cristo; indica precisamente o contrário do tradicionalismo, na medida em que se entende como um processo de transmissão do passado no presente e, portanto, de discernimento circular entre as duas temporalidades, o que nega as dinâmicas da conservação intacta que caracterizam os diversos tradicionalismos.

O projeto tradicionalista não é uniforme, nem quanto à rigidez do discurso nem quanto a detalhes ou foco privilegiado de um ou de outros. Contudo, mostra-se em algumas posturas e frentes comuns dos diversos tradicionalismos.

Como *posturas comuns*: afirmação de uma concepção de Igreja fora do mundo (comunitarismo isolado do resto da Igreja e da sociedade) e detentora da salvação (neognósticos e neopelagianos, segundo o papa Francisco); concepção dualista da realidade (separação radical entre natural e sobrenatural, história e Igreja, história e es-

catologia); espiritualidade intimista (mística individualista e ascese rigorista); afirmação de uma estética litúrgica tridentina (liturgias em latim ou ritualismo triunfalista); negação de uma moral social centrada na justiça e igualdade social (deformação da fé e comunismo); moral rigorista centrada na norma objetiva (sem discernimento de contextos e condicionamentos); e, na base de tudo, a afirmação de que a verdade tem seu porto seguro em modelos de vida eclesial, social e política do passado (quase sempre nos moldes tridentinos e anteriores ao Vaticano II).

Como *frentes comuns*: afirmação de um catolicismo autorreferencial e intolerante à diversidade religiosa e ao diálogo inter-religioso; insistência na temática do aborto como problema central dos dias atuais e condenação da chamada “ideologia de gênero”; afirmação do anticomunismo como antídoto que visa desqualificar todo discurso libertador; dispensa da reflexão crítica que situe, histórica e cientificamente, a doutrina da Igreja e os textos bíblicos.

Outras características descrevem, de modo tipicamente ideal, a visão e a prática de fundo da mentalidade tradicionalista: a) *eternização*: as coisas sempre foram como são e não podem ser modificadas no decorrer da história; b) *universalização*: a verdade herdada do passado e claramente formulada em modelos de interpretação e vivência é afirmada como única e aplicada a todos os tempos e lugares, sem modificações; c) *idealização*: as ideias afirmadas como verdades herdadas do passado são melhores do que as do presente; d) *conclusão*: as representações e os valores afirmados são verdades concluídas e definitivas e não podem sofrer mudança; o definitivo é a base de toda segurança racional, social e política; e) *hierarquização*: a realidade é vista como sistema hierárquico, de cima para baixo; f) *divinização*: os valores defendidos têm seu fundamento em uma realidade sobrenatural e, por essa razão, são

“AS AFINIDADES ENTRE TRADICIONALISMO CATÓLICO E IDEOLOGIAS E GOVERNOS DE DIREITA SÃO EVIDENTES TANTO NO PASSADO QUANTO NO PRESENTE”

fixos e preservados com temor sagrado e com reverência; g) *espiritualização*: a fé cristã é algo puramente espiritual, acima e em oposição à realidade material e histórica; h) *autorreferencialidade*: as referências afirmadas como verdades são por si mesmas boas e normativas, constituindo o centro a partir do qual tudo é visto e julgado doutrinal, moral e politicamente, e as diferenças são negadas como falsas e perigosas.

Para os tradicionalistas, essas características/referências são as fontes do autêntico catolicismo e devem ser preservadas para sempre; constituem, portanto, sinônimo de catolicismo, em oposição às interpretações equivocadas, ainda que essas interpretações sejam instituídas pelo Vaticano II e ensinadas pelos papas.

2. A volta ao passado como solução. Demarcações, linhagens, afinidades tradicionalistas

O Concílio Vaticano II foi o divisor definitivo de águas entre a consciência cristã centrada numa epistemologia essencialista, que dispensa a história, e outra que incorpora a historicidade como dinâmica interpretativa da fé e de sua transmissão. Rompeu com a cultura da estabilidade e da tradição verdadeira e fixa. Rompeu com uma rotina considerada imutável e sagrada, exercida, por conseguinte, sob as regras da autoridade e da obediência.

O processo conciliar delineou duas posições e fez que a percepção conservadora tomasse dois rumos: recuando numericamente, a ponto de configurar a chamada minoria, e recrudescendo como grupo organizado. Evidenciou o tradicionalismo

em duas frentes principais: como força que negava a legitimidade do evento conciliar ou como frente que se aglutinava no esforço de reler seu significado. Formaram-se, assim, duas escolas interpretativas do Vaticano II: uma que afirmou o sentido renovador das decisões; outra que afirmou a continuidade dessas decisões em relação à tradição anterior.

Dessa forma, instaurou-se uma luta entre dois projetos de marcas distintas: *Igreja autorreferenciável* e *Igreja em saída*. A Igreja autorreferenciável tem como aspectos: a) *fonte*: a tradição; apoio em modelos do passado como referências permanentes; b) *organização*: acento na instituição, nas normas e na hierarquia, entendidas como sinônimo de Igreja e visibilidade sagrada; c) *estratégia*: preservação da doutrina, dos rituais e das normas advindas de modelos fixos a serem repetidos; d) *poder*: centralização, hierarquia, clericalismo e obediência à autoridade; e) *cultura*: da reprodução, da segurança e da reserva em relação à cultura atual. Já a Igreja em saída, por sua vez, apresenta as seguintes características: a) *fonte*: querigma como fonte permanente de sentido e renovação para a tradição, para as estruturas e para as linguagens atuais da Igreja; b) *organização*: acento no carisma cristão, no discernimento e na vivência encarnada da Igreja em cada realidade; organização a serviço da evangelização e da vida; c) *estratégia*: reforma permanente com base nas fontes do Evangelho e do encontro com o outro; d) *poder*: serviço como única razão, descentralização e sinodalidade; e) *cultura*: do encontro, da criação de processos capazes de transformar a realidade; diálogo com as alteridades.

O Vaticano II decretou o fim do tradicionalismo, embora ele tenha subsistido de modos variados dentro da Igreja e crescido como tendência cada vez mais dominante, amparada por fontes e estruturas eclesiais e eclesiásticas. Pode-se, então, falar de três linhagens de tradicionalismo: a) o *tradicionalismo de resistência*, que avança de dentro para fora da Igreja católica e adquire identidade própria como grupo distinto da instituição católica; b) o *tradicionalismo de legitimidade*, que vai sendo germinado dentro da Igreja católica de forma legítima e se espalhando pelo corpo eclesial como tendência sempre mais nítida desde a conclusão do Vaticano II; c) o *tradicionalismo emergente*, que hoje é construído/reconstruído por intermédio das redes sociais e favorecido pelas dinâmicas próprias desses novos meios de socialização.

As afinidades entre tradicionalismo católico e ideologias e governos de direita são evidentes tanto no passado quanto no presente. Os regimes de ultradireita são, por definição e missão, conservadores; pretendem manter uma ordem natural das coisas no modelo que adotam para exercer o governo. As mudanças que alterem uma ordem previamente definida como verdadeira e boa por si mesma são denunciadas e expurgadas como perigosas. Recentemente, na América Latina, os governos de direita revelam, de modo emblemático, um “ecumenismo conservador” e de “composição plurirreligiosa de ultradireita”. Constata-se a aliança entre ateus e crentes, judeus e cristãos, protestantes e católicos, militares positivistas e pentecostais, fazendo cessar ou, ao menos, ocultando num plano irrelevante as diferenças religiosas.

Essa tendência política contemporânea compõe o cenário de fundo no qual a “volta” aos fundamentos se encontra numa espécie de confluência natural, em que uma configuração distinta é reforçada por outra na afirmação de ideários e, sobretudo, de práticas comuns. O tradicionalismo, com

suas teologias da estabilidade, tece afinidades com os conservadorismos políticos que se apresentarem como soluções para as crises modernas. Algumas palavras-chave indicam essa confluência, que vai tecendo conjunturas políticas que se retroalimentam com as visões religiosas tradicionalistas, tais como: *ordem natural, unidade, estabilidade, hierarquia, centralização, autoridade, força, disciplina e ritualismo*.

Dessa forma, negam os princípios e práticas modernas: autonomias modernas, liberdade de consciência, pluralismos em geral, diálogo inter-religioso, ecumenismo, relativismo, igualdade social, direitos humanos. Todo discurso de igualdade e justiça está demarcado como comunista, venha de quem vier. O anticomunismo tem retornado, no interior do catolicismo e nos discursos dos poderes autoritários hoje emergentes, como chave geral de leitura das oposições teóricas e ideológicas do que propõem como saída messiânica para a história. O comunista ainda é um monstro perigoso, pronto para destruir por completo a vida de um povo; um inimigo da nação, da Igreja e de Deus. O princípio da igualdade de direitos entre nações, grupos e indivíduos – concretizados em sujeitos sociais emergentes (refugiados, migrantes, mulheres, negros, LGBTI), em políticas sociais compensatórias e de distribuição de renda, em direitos humanos, em políticas e leis de direitos de refugiados, em afirmação da liberdade religiosa – é negado como um mal que corrói a velha unidade cristã ocidental. Portanto, valores e modelos do passado são resgatados sem escrúpulos políticos, criando cenas públicas inusitadas de retomada de governos totalitários com claro viés “teocrático”.

Nesse contexto, o inimigo causador do caos deve ser eliminado com todos os recursos, mesmo que comece pela eliminação física. O Deus dos exércitos oferece a justificativa como fonte de legitimidade e

salvação. Consequentemente, as democracias vão morrendo, com as bênçãos religiosas que refundam o poder com suas teologias políticas: Deus salvará o Ocidente por meio de líderes que são missionários da preservação do passado. Nas rachaduras da crise econômica e política, as teologias da conservação se apresentam como solução segura para uma ordem mundial acuada pelo medo da dissolução imediata. O Deus todo-poderoso vencerá todos os inimigos que ameaçam a soberania dos Estados, a autonomia do Ocidente, a civilização cristã, por meio de líderes poderosos.

3. “Sempre foi assim.”

Deverá sempre ser assim?

Discernimentos sobre o tradicionalismo

Os tradicionalistas se apresentam hoje como defensores da teologia da conservação, que dá fundamentos para a proposição de um catolicismo distinto do professado por aqueles que apostaram em utopias sociais, em afinidade direta ou indireta com os ideais e modelos socialistas, e por aqueles que insistiram nas reformas conciliares por meio de movimentos e de uma cultura que se consolidou nas rotinas pastorais desde o final do Vaticano II. Hoje se torna cada vez mais visível o apoio tradicionalista às direitas emergentes, o qual se eleva nas rachaduras da democracia liberal. O retorno às velhas seguranças constitui estratégia de enfrentamento do caos, voltando ao início: ao Estado forte que enfrenta o domínio do econômico; à nação como comunidade cultural; à família patriarcal; e a Deus como fundamento. Nessas dinâmicas de retorno, as posturas religiosas

tradicionalistas avançam como fundamento geral que fornece a última palavra sobre a verdade, a segurança e a ordem.

No entanto, os tradicionalismos carregam limites (históricos, epistemológicos, ético-antropológicos, políticos, teológicos) e contradições que não somente indicam sua historicidade, mas a identidade conservadora sobre a qual se fundamentam. Esses limites advêm do seu próprio propósito e projeto de aferir a veracidade de um modelo histórico a ser adotado, modelo paradoxalmente compreendido como perene e, portanto, como supra-histórico. Na tradição judaico-cristã, a história se faz na dinâmica do provisório e jamais do definitivo; na insegurança do presente possível, e jamais na ordem do necessário. Na tradição judaico-cristã, portanto, qualquer afirmação de “história estável e concluída” é falsa. O cristianismo é um caminho pelo provisório, e não uma fuga para o definitivo (embora os cristãos esperem o definitivo encontro com Deus, o que está em jogo é a fuga para algo estável e constante). O tempo da fé cristã é a história que passa incessantemente, convida à esperança permanente e exige o amor dos seguidores de Jesus Cristo.

Carece à perspectiva tradicionalista a consciência de que, como todo grupo identitário, ela participa da dinâmica inevitável da “história que passa” e da imponderabilidade do tempo presente, em que não existe reprodução intacta do passado, mas tão somente produção do presente a partir do passado ou, com maior precisão, produção do passado a partir do presente. O mito de um passado sempre preservado

“NÃO PODEMOS NOS ESQUECER DE QUE A TRADIÇÃO ESTÁ SITUADA ENTRE DUAS FONTES IMPORTANTES DE SIGNIFICADO, QUE LHE DÃO O PARÂMETRO DA FORMA CORRETA DE SER TRANSMITIDA: O CORAÇÃO DO EVANGELHO E A VIDA CONCRETA”

não se sustenta histórica e socialmente. A fé em Jesus Cristo não pode significar ruptura com o tempo presente na direção de um tempo eterno, mas uma percepção da verdade dentro das condições históricas, quando verdade-amor se tornam duas dimensões da mesma fé que acolhe Deus na história, presente no próximo.

O Evangelho é sempre a fonte renovadora de todas as estruturas historicamente construídas; fora dele não há legitimidade para a instituição. A consciência cristã exige que se volte sem cessar para seu fundamento, para dele haurir elementos para a vida pessoal e comunitária e parâmetros para posicionar-se dentro da história e aí se organizar, a fim de melhor servir. O Evangelho fornece o núcleo mais essencial para discernir as formulações do passado e fazer que fecundem o presente.

Não podemos nos esquecer de que a tradição está situada entre duas fontes importantes de significado, que lhe dão o parâmetro da forma correta de ser transmitida: o coração do Evangelho e a vida concreta. O tradicionalismo perde essas duas referências e afirma o passado pelo passado, de forma fixa e imutável. O ato de “passar adiante” significa inevitavelmente confrontar a fé com a vida, lançar a semente que a Igreja carrega no solo da vida, feito de terra fértil e de terra infértil. Sem o querigma fundante, o cristianismo corre o risco da idolatria dos modelos históricos de interpretação da fé, trocando a causa pelo efeito, o conteúdo pela fórmula, a vida plena pela lei escrita.

A transmissão da fé é sempre renovada. Esse é o significado da tradição que se distingue e se opõe ao tradicionalismo. A tradição guarda o passado e discerne o presente, no mesmo ato de fidelidade que visa oferecer o conteúdo fundamental da fé em cada tempo e lugar. É linguagem que se renova ao transmitir, e transmite ao se renovar.

4. Não encapsular o presente no passado nem colocar muros nos canais vivos da graça. Conclusões

Os tradicionalistas compõem um segmento eclesial e social que entende ser o passado a referência segura para o presente. São os apóstolos de plantão do definitivo, da verdade definitiva, encarnada em modelos fixos e permanentes e, por conseguinte, em parâmetros unívocos e universais.

Na fé cristã, as conclusões são todas provisórias, somente o Reino de Deus é definitivo. O Reino abre todas as coisas para um fim, que fecunda o presente com seu germe transformador e faz da dinâmica da história contínua autossuperação. O poder renovador do Espírito desautoriza todas as concentrações teocráticas, exercidas em nome de quem quer que seja, hierarquias eclesiais ou políticas. Desautoriza todas as concentrações sagradas em instituições, leis e personagens, e exige discernimentos a cada instante, munidos da memória do passado e da esperança de futuro.

Nesse sentido, a *Fratelli Tutti*, do papa Francisco, compromete a todos e nos engaja na transformação do próprio mundo, do nosso tempo: “Cada geração deve fazer suas as lutas e as conquistas das gerações anteriores e levá-las a metas ainda mais altas. É o caminho” (FT 11).

vp

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Walmor Oliveira de. *Ameaças e oportunidades para a Igreja nos próximos cinco anos*. Disponível em: <<https://crbnacional.org.br/quais-sao-as-ameacas-e-oportunidades-para-igreja-catolica-no-brasil-nos-proximos-5-anos/>>. Acesso em: 13 out. 2020.

PAPA FRANCISCO. *Fratelli Tutti*: Carta Encíclica sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020.

PASSOS, João Décio. *A força do passado na fraqueza do presente: o tradicionalismo e suas expressões*. São Paulo: Paulinas, 2020.

A COLEÇÃO YOUCAT CONTINUA CRESCENDO



Um percurso com 26 partes em que se discutem os pontos centrais da fé, para entender o perfil próprio do cristão e o assumir com convicção.

Para orientar a reflexão, retomam-se algumas perguntas do YOUCAT e também do livro *Tuitando com Deus*, que reúne questionamentos reais de jovens.

Tudo com a linguagem acessível, as ilustrações e o *design* dinâmico que você já conhece dos outros itens da coleção.



Aponte a
câmera do
seu celular
e confira!

COLEÇÃO YOUCAT

A Fundação YOUCAT nasceu a partir de um sonho: promover a Nova Evangelização entre os jovens, que representam o futuro da Igreja e a esperança de um mundo melhor. Depois do sucesso do primeiro livro da série, o *YOUCAT - Catecismo Jovem da Igreja Católica*, a coleção cresceu e, hoje, conta com vários volumes. Jovens no mundo todo estão animados para estudar o Catecismo, a Doutrina da Igreja e o Evangelho de Cristo. Descubra você também um jeito jovem de aprender a fé!



YOUCAT Catecismo Jovem da Igreja Católica

Estruturado em perguntas e respostas, o YOUCAT é dividido em quatro partes para apresentar a mensagem e a doutrina da Igreja em linguagem jovem e acessível.

9788534946575 • 12,5 cm x 20,5 cm

Disponível nas versões: capa comum e luxo.



DOCAT Como agir?

Dando continuidade ao projeto do YOUCAT, o DOCAT é a Doutrina Social da Igreja em linguagem jovem, convidando os leitores a ser Doutrina Social em movimento.

9788534945721 • 12,5 cm x 20,5 cm

Disponível nas versões: capa comum e luxo.



DISPONÍVEL TAMBÉM
EM E-BOOK

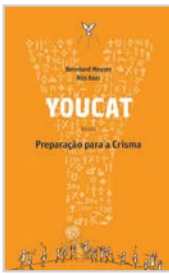


Bíblia Jovem Seleção de textos

Coletânea de trechos bíblicos significativos que ajudam os jovens a se inspirarem na Palavra de Deus. Traz ainda imagens, perguntas e respostas sobre a Bíblia.

9788534945691 • 14,5 cm x 22,5 cm

Disponível nas versões: capa cristal e luxo.

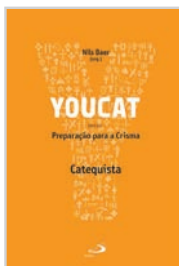


Preparação para a Crisma Catequizando

Bernhard Meuser e Nils Baer (orgs.)

Com um roteiro dinâmico, apresenta um plano de formação e conselhos para uma vida emocionante com Deus. É dividido em 12 seções que abordam os principais temas relacionados ao sacramento.

9788534946681 • 12,5 cm x 20,5 cm



Preparação para a Crisma Catequista Nils Baer (org.)

O livro apresenta um roteiro dinâmico, com propostas para os encontros e atividades para a preparação ao sacramento da Crisma. Aborda os principais temas e princípios da doutrina católica relacionados ao sacramento.

9788534946674 • 21 cm x 29,7 cm



YOUCAT para crianças

Um catecismo dedicado às crianças, em formato de perguntas e respostas, perfeito para ler em família e solucionar dúvidas como: "Por que existo?"; "Como sabemos que Deus existe?"; "O que a Bíblia diz é verdade?".

9788534948722 • 17,4 cm x 22,5 cm

Disponível nas versões: capa comum, capa dura e luxo.



DISPONÍVEL TAMBÉM
EM E-BOOK





Box YOUCAT

Primeira comunhão

Contém um exemplar do YOUCAT para crianças e um álbum de recordações para registrar os acontecimentos desse dia tão significativo na vida dos cristãos. A criança se prepara para receber a Eucaristia e guarda no álbum as memórias desse momento.



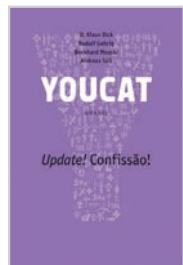
176 páginas

Orações para os jovens

Georg Von Lengerke e Dorte Schromges (orgs.)

Dando sequência ao conteúdo do YOUCAT, esse livro apresenta uma seleção de orações para os jovens. Está dividido em duas partes: a primeira com roteiros de oração diária e a segunda com uma coletânea de orações tradicionais e outras novas.

9788534948913 • 12,5 cm x 20,5 cm



Update! Confissão!

D. Klaus Dick, Rudolf Gehrig, Bernhard Meuser e Andreas Süß

Esse volume do YOUCAT é uma introdução e um guia no caminho para o sacramento da Confissão, momento de fazer uma experiência incrível e concreta da misericórdia, do perdão e da intimidade com Deus.

9788534947633 • 10 cm x 15 cm



COLEÇÃO ESPIRITUALIDADE BÍBLICA

A coleção reúne oito títulos, todos escritos por José Comblin (1923-2011), sacerdote e doutor em Teologia. Seu objetivo é oferecer aos estudantes, religiosos e leigos materiais de reflexão e análise que contribuam com o fortalecimento da fé e da espiritualidade.

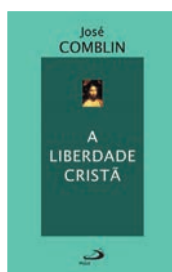


A fé no evangelho

José Comblin

A obra estuda o mistério da fé nos seus diversos aspectos, assim como podemos conhecê-los pelos livros do Novo Testamento. As duas primeiras meditações inspiram-se nos Evangelhos sinóticos, as duas seguintes na teologia do apóstolo Paulo e as duas últimas nos escritos do evangelista João.

9788534926348 • 13,5 cm x 21 cm



A liberdade cristã

José Comblin

O livro traz o Evangelho como um importante instrumento de reflexão sobre a organização política e eclesial. Nesse sentido, levanta perguntas como: o direito da Igreja ajuda realmente a promover e libertar os pobres?

9788534930888 • 13,5 cm x 21 cm



A oração de Jesus

José Comblin

A obra traz as orações de Jesus como o modelo perfeito para a oração dos discípulos. Não podemos garantir que as orações que se encontram nos evangelhos reproduzem literalmente a palavra de Jesus, mas elas expressam a forma como a oração de Jesus foi entendida e transmitida.

9788534930956 • 13,5 cm x 21 cm



Evangelizar

José Comblin

Nesse volume, a meditação é sobre o método dos apóstolos e evangelistas, para que sirva como orientação para a nossa evangelização. O leitor encontrará uma explicação da palavra "Evangelho": o que ela significa e qual o seu conteúdo em cada autor do Novo Testamento.

9788534932370 • 13,5 cm x 21 cm

104 páginas

DISPONÍVEL TAMBÉM
EM E-BOOK

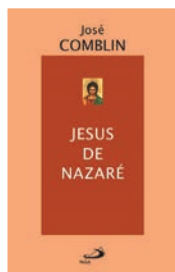
136 páginas

144 páginas

DISPONÍVEL TAMBÉM
EM E-BOOK

104 páginas

120 páginas



Jesus de Nazaré

José Comblin

A obra é uma meditação sobre a vida humana de Jesus Cristo, uma tentativa de abordá-lo tal como os discípulos o conheceram e o compreenderam, de vê-lo tal como ele aparecia quando ainda não manifestava sua relação pessoal com Deus.

DISPONÍVEL TAMBÉM
EM E-BOOK

9788534932226 • 13,5 cm x 21 cm

136 páginas



O Espírito Santo no mundo

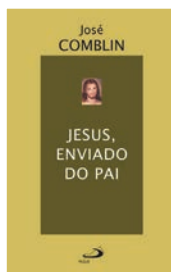
José Comblin

O livro oferece uma meditação da mensagem do Novo Testamento sobre o Espírito Santo e a sua missão na marcha do mundo, como resposta de Deus às aspirações da humanidade e fio condutor que orienta o povo de Deus na confusão da História e em meio às revoluções sociais.

DISPONÍVEL TAMBÉM
EM E-BOOK

9788534930918 • 13,5 cm x 21 cm

112 páginas



Jesus, enviado do Pai

José Comblin

Dividida em seis capítulos, a obra propõe ao leitor meditações acerca do Evangelho de João e da missão de Jesus, refletindo sobre os inúmeros aspectos de Deus que a vida de seu filho mostrou à humanidade.

DISPONÍVEL TAMBÉM
EM E-BOOK

9788534930901 • 13,5 cm x 21 cm

112 páginas



Viver na esperança

José Comblin

Inspirada na Carta aos Hebreus e outros textos bíblicos, a obra recorda o ambiente de esperança em que viveu o povo do Antigo Testamento, o pano de fundo que alimenta a esperança cristã até hoje, e explica que, para os cristãos, o Antigo Testamento no seu conjunto é uma imensa promessa.

DISPONÍVEL TAMBÉM
EM E-BOOK

9788534932554 • 13,5 cm x 21 cm



paulus.com.br/loja
11 3789-4000 | 08000-164011
vendas@paulus.com.br
f @editorapaulus



Comunicação
para um mundo melhor



Pôncio Pilatos: a figura de um político medíocre e infeliz



Pôncio Pilatos é o único pagão lembrado nas celebrações eucarísticas dominicais, como aquele sob cujo governo Jesus foi crucificado. Mesmo assim, sua figura, pouco conhecida, costuma passar despercebida. Ela, a nosso ver, oferece um exemplo singular de “político controvertido e medíocre”, submisso aos poderes de Roma, como tantos outros que, para se manter “em carreira”, vivem covardemente na pusilanimidade, levando vida medíocre e infeliz. O intuito do escrito é possibilitar às novas gerações de políticos o conhecimento de quem foi Pilatos, para que não se espelhem nele, mas assumam uma prática diferente da sua.

*Pe. Guillermo Daniel Micheletti, presbítero argentino da diocese de Santo André-SP. Vigário paroquial da Paróquia Santa Teresinha, São Bernardo do Campo-SP. Licenciando em Ciências da Educação, especialização em Pedagogia. Professor de Sacramentos e de Pneumatologia na Escola de Teologia Diocesana. Membro fundador da Sociedade Brasileira de Catequetas (SBCat). Autor de livros pelas editoras Ave-Maria, Paulinas e Vozes. E-mail: gdmiche@terra.com.br

INTRODUÇÃO

É curioso que, aos domingos, celebrando a Eucaristia, milhões de católicos, ao professarem o credo na Liturgia da Palavra, não percebiam que lembramos um pagão romano chamado Pôncio Pilatos (PP) (cf. 1Tm 6,13). Na primeira versão do creio de Niceia, PP não é mencionado, mas seu nome será fixado na versão definitiva do creio do Primeiro Concílio de Constantinopla. Assim, em nossos símbolos da fé, confessamos que “[Jesus] por nós foi crucificado sob Pôncio Pilatos” (credo niceno-constantinopolitano) ou “padeceu sob Pôncio Pilatos” (símbolo apostólico).

1. QUE CONHECEMOS DE PILATOS? ALGUNS DADOS BIOGRÁFICOS

Colhendo os escassos dados biográficos sobre PP, podemos dizer que pertenceu à prestigiosa e burguesa “família dos Ponzi”, de tradição muito afeita a cavalos de bigas. O apelido *Pilatus* vem de *pilleus*, um tipo de chapéu que, em algumas regiões, o escravo liberto recebia como distintivo (hoje usado pelos bispos com o nome de “solidéu”). Pilatos foi homem habilidoso no lançamento do dardo. Pelo conjunto da obra de sua carreira militar, recebeu, como honra e prêmio, o cargo de prefeito da Judeia (em grego *Ioudaia*, em hebraico *Yehûdâh*) (LÉMONON, 2009, p. 33).

A menção a PP parece seguir o caminho que emoldura, em parte, o marco histórico da vida de Jesus. Estabelece-se com ela que Jesus não foi uma “lenda celestial”, um “semideus”, senão um homem de carne e osso, cuja vida pode ser datada e situada no tempo e no espaço da história humana, o qual morreu numa região governada por um procurador/prefeito romano “não muito conhecido” de nome PP. A figura de PP, não obstante, aparece não apenas

para balizar uma referência histórica sobre Jesus, mas também – e sobretudo – como “poder de decisão”, pois não se diz “em tempos de” PP, e sim “sob” (*sub* PP, *epi* tou PP). A preposição “sob” reforça a ideia de autorizado domínio. Por sinal, o domínio político dos romanos era imponente, prepotente e humilhante. Muito longe do amor compassivo ensinado pelo “artesão” Jesus, que nada tinha de arbitrário nem submetia o ser humano ao fascínio do poder do divino.

No caso de Jesus, PP, embora soubesse que ele “era inocente”, procurará libertá-lo na medida em que isso não afete sua carreira política e sua amizade com César (Jo 19,13). Caso contrário, o poder cederá diante da injustiça, “lavando as mãos” (Mt 27,24).

Não é muito o que esse personagem articulou na vida e no criminoso processo aplicado a Jesus. Será que sua trajetória política pode dizer alguma coisa a nós hoje? Sem dúvida, como tantos outros governadores da pequena e insignificante Judeia, poderia ter passado despercebido na história. Contudo, tendo condenado aquele jovem camponês de Nazaré, conhecido como o “profeta hebreu”, sem saber, assumiu posição de destaque em uma história que mudou a face da terra e o coração de imensa multidão de homens e mulheres.

Essa é, de fato, a ambiguidade do poder político terreno, que se movimenta sempre segundo a necessidade e a arbitrariedade “do momento”. Podemos dizer, apenas como referência, que quase todos os poderes políticos de sempre atuaram como PP, condenando inocentes (a parte mais vulnerável) e lavando as mãos diante da injustiça com mil pretextos aparentemente “nobres ou necessários” ou, ao menos, “mascarados de científicos” (FAUS, 2013, p. 81 – nota 34).

“PODEMOS DIZER, APENAS COMO REFERÊNCIA, QUE QUASE TODOS OS PODERES POLÍTICOS DE SEMPRE ATUARAM COMO PÔNCIO PILATOS, CONDENANDO INOCENTES”

2. PÔNCIO PILATOS NA JUDEIA – SEU CARGO DE PREFEITO

O imperador Júlio César Tibério (14–37 d.C.) é que teria convidado PP para ser o governador/prefeito da Judeia (26–36 d.C.) (MONLOUBOU; DU BUIT, 1997, p. 637). Como era a província da Judeia? Não era grande, mas, se bem governada, podia servir de ponte para cargos significativos na carreira política. A Judeia não era muito importante; sua população, acostumada a ser invadida por estrangeiros, não se submetia tão facilmente à vontade dos governadores. A maior parte de seus habitantes era hebreia. Esses homens “infernizavam” – por assim dizer – a vida dos prefeitos, queixando-se do tratamento que recebiam por parte do poder de Roma. Os samaritanos, que – segundo o próprio parecer – eram muito fiéis à Lei mosaica, viviam em contínua luta contra os hebreus. Os idumeus (moradores da Idumeia – terra dos edomitas), muito próximos aos hebreus, não eram tão respeitosos da Lei mosaica quanto os hebreus desejavam. No coração desse território, as cidades de Samaria e Cesareia eram povoadas de gregos que brigavam frequentemente com os hebreus.

Entre as fontes históricas que falam de PP, temos, de primeira mão, a inscrição numa lápide encontrada em 1961, no teatro de Cesareia Marítima, o qual o mesmo PP mandou construir para homenagear o imperador Tibério: o *Tiberieum*. O documento de pedra se apresenta bastante mutilado, mas o nome de Pilatos se conserva nitidamente. Aí diz que PP era “prefeito”, e não procurador.

Também moedas e textos literários apresentam PP como “um herói”. Em alguns apócrifos da Igreja oriental, ele e sua mulher (Santa Prócula) são considerados “mártires e santos”. Foi reconhecido como mártir no Egito, venerado santo em Etiópia. Sua vida foi divulgada pelo apócrifo chamado *O martírio de Pilatos*, que narra quando PP, “injustiçado”, vai para Roma; estando em prisão, “recebe a visita de Jesus”, que o consola e lhe anuncia que vai ser crucificado. Acrescenta-se, de modo piedoso, que, mesmo que PP não soubesse reconhecer a divindade de Jesus – o que o levou a ordenar sua crucificação –, no entanto, ao mesmo tempo, “como instrumento de Deus”, ele foi o homem que permitiu que, pela morte de Jesus, toda a humanidade atingisse a salvação (BAUDOIN, 2009, p. 47–51).

Observando o agir de PP, poderemos também conhecer como os “conquistadores romanos” olhavam para aquela região hebraica. De fato, coube a ele, conhecendo e sofrendo as dificuldades enfrentadas pelos anteriores prefeitos da Judeia, julgar Jesus de Nazaré, um galileu que os sumos sacerdotes hebreus desejavam matar. Esse fato valeu a PP – sem cogitar as consequências – insólita notoriedade, em relação tanto a seus predecessores quanto a seus sucessores.¹ Sua atuação, de fundamental importância na paixão de Jesus, fez que os primeiros cristãos inserissem seu nome nas profissões de fé para não esquecer o acontecimento.

¹ Os prefeitos da Judeia foram todos romanos: Copônio (6–9 d.C.), Marco Ambívio (9–12 d.C.), Ânio Rufo (12–15 d.C.), Valério Gato (15–26 d.C.), Pôncio Pilatos (26–36 d.C.) e Marcelo (36–41 d.C.), que cedeu o poder ao rei Agripa I (MONLOUBOU; DU BUIT, 1997, p. 637).

Cumpra reconhecer que não foi fácil para os romanos entender a cultura do povo judeu, a ligação da vida com a religiosidade. Assim também, para PP, essa mistura do religioso com o cotidiano foi incompreensível e torturante; era como um quebra-cabeça em sua cosmovisão romana, prática e materialista: a devoção do templo, os rituais para a alimentação, a rígida prática ritual do sábado, a circuncisão e a proibição das imagens. Muito menos podia entender a questão da fé num único Deus – algo inadmissível para os politeístas romanos – nem a radical oposição à concorrência de outros deuses com seu Deus. Isso, consequentemente, levava os judeus a desprezar ostensivamente todos aqueles que não adorassem o Deus verdadeiro do povo de Israel (SARTRE, 2009, p. 39-40).

Por meio de dados provenientes de Flávio Josefo (37-100 d.C.), conhecemos quatro episódios “pouco felizes” ocorridos durante o governo de PP: a introdução da imagem de César em Jerusalém, a construção de um aqueduto para prover de água a Cidade Santa (cf. *A guerra judaica*), a execução de Jesus de Nazaré e o massacre dos samaritanos (Lucas 13,1-3) (cf. *Antiguidade judaica*).

Pouco tempo depois de ter chegado à Judeia, PP entronizou o retrato de César, decisão desconhecida na prática dos governadores que passaram pela região. Certamente, o que parecia ser procedimento politicamente acertado para “ficar bem” com o imperador lhe trouxe não poucos problemas, a ponto de ter de suportar um grupo de judeus, dia e noite, protestando em frente à sua residência, em Cesareia, e insistindo na retirada da imagem. Até que, finalmente, tendo de lidar com a religiosa teimosia dos judeus, “dispostos a morrer pela causa, ele retirou a imagem, impressionado da firmeza na observância das leis religiosas desses judeus” (*Antiguidade judaica*, XVIII, 59).

Como gerir bem uma paróquia

A paróquia como empresa do terceiro setor e suas seis categorias de gestão

Pe. José Carlos Pereira



240 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

O livro aborda a administração paroquial em sua totalidade, aprofundando-se nas categorias de gestão que a compõem: financeira, patrimonial, pastoral, pessoal, espiritual e missionária. O objetivo é contribuir para que os gestores paroquiais possam fazer o seu trabalho de forma transparente e eficiente, mas sem negligenciar os aspectos que diferenciam a paróquia de outros organismos empresariais.

Vendas: (11) 3789-4000
08000-164011

paulus.com.br

“A TRADIÇÃO EVANGÉLICA INSISTE SOBRE A RESPONSABILIDADE MORAL DOS JUDEUS E ATENUA A CUMPLICIDADE DE PÔNCIO PILATOS, DE NATUREZA JURÍDICA”

Na verdade, PP foi um governador pouco delicado, astuto e esperto. Ele teve a ideia de construir um aqueduto para prover de água Jerusalém, mas o fez utilizando o dinheiro do tesouro do templo, fato que ocasionou, mais de uma vez, muita aversão entre os judeus, a ponto de gerar violenta repressão do exército, com muitos feridos e mortos.

Pilatos foi governador titular do supremo poder judiciário. Conhecemos sua atitude na paixão de Jesus pelas descrições que nos deixaram os Evangelhos: Mc 15,1-15; Mt 27,1-2.11-26; Lc 23,1-25; Jo 18,28-19,16. Para PP, a condenação de Jesus era questão dos judeus; ele desejava apenas evitar tumultos e protestos. A acusação feita pelas autoridades judaicas era extremamente hábil. Apresentavam Jesus como um candidato (usurpador) ao reinado, pois se autoproclamava “rei”. O governador o interrogou, não poupando certo jeitinho maldoso. Tinha, diante de si, duas soluções: *provar a inocência* de Jesus, e não apenas declará-la, ou *ceder*, se os adversários de Jesus não renunciassem às suas arteiras pretensões.

Pilatos não se deixou enganar pelos sacerdotes, mas, pelo que os textos fazem parecer, não tinha outra opção a não ser condenar Jesus. A tradição evangélica insiste sobre a responsabilidade moral dos judeus e atenua a cumplicidade de PP, de natureza jurídica.

No início do século II, Tácito, falando dos cristãos, anota: “Esse nome lhes vem de Cristo, que, sob o principado de Tibério, o procurador PP o fez condenar” (*Annales* XV, 44). Para Tácito, o procurador não teria outro objetivo a não ser pôr fim

a “uma superstição, fonte de desordens”. Em sintonia com Tácito, o *Testimonium Flavianum* (AJ XVIII, 64) apresenta duas informações: a) PP condenou Jesus com suplício certo: a crucificação; b) fez isso “confiando basicamente na denúncia de nossos principais cidadãos”.

Tratamos aqui de um governador inábil e sem destreza política, embora demonstrasse sincera devoção ao imperador. Com base em Filon de Alexandria, lembramos o episódio dos “escudos dourados” – escudos votivos feitos à imitação daqueles que o senado tinha consagrado na cúria de Roma em honra de César Augusto. Para os judeus, tratava-se de “visibilizar” um culto divino ao imperador. O fato que nos interessa acha-se na *Legatio ad Gaium* (parágrafos 299-305). Essa obra é o relatório de um grupo de judeus de Alexandria que foram ter com Caio César Calígula (sobrinho-neto de Tibério, a quem sucedeu em 37 d.C.). O relatório foi escrito por Agripa – naquele tempo, rei da Tracônitide e da Galileia – e por ele dirigido ao imperador Calígula. Nessa carta, o rei Herodes Agripa pede ao imperador que tenha prudência no que vai decidir; isto é, que respeite a fé judaica. Para reforçar esse pedido, vai lembrar a infeliz atitude de PP de ter colocado escudos dourados no antigo palácio de Herodes. Estes, certamente, não tinham imagem alguma. A iniciativa de PP desagradou a Tibério, que ordenou retirá-los.

Agripa aproveita a situação e traça um perfil bastante exagerado e desfavorável de PP, acusando-o de ter feito “a pior besteira”. O rei certamente agigantou toda a questão, pois, caluniando o pre-

feito, manifestava escondida ambição de ascender ao trono da Judeia e acabar com a ingerência direta de Roma sobre a região. O historiador Fílon aproveita para sugerir que o melhor seria “deixar que os judeus se ocupem eles mesmos de seus negócios”.

Algumas ações de PP revelam um governador atento e vigilante. Por exemplo, numa ocasião em que havia surgido um falso profeta entre os samaritanos, prevenindo o perigo de uma revolta, ele, por meio de seus soldados, age com veemência, interpretando que o acontecido representaria “grave perigo à *pax romana*”.

Com essa intervenção, sua carreira política encerra dramaticamente na Judeia. As queixas que chegaram ao prestigioso governador da Síria e superior de PP, Aulo Vitélio Germânico (24/9/15 – 22/12/69 d.C.), resultaram em que fosse “ordenada sua partida para Roma”. Pilatos chegará a Roma, humilhado e acabrunhado pela situação, após 14 de março de 37, em meio ao luto da cidade pela morte de Tibério. Segundo o testemunho do historiador cristão Eusébio de Cesareia, do século IV, PP teria se suicidado (informação difícil de ser confirmada).

A partir desse momento, sua figura surge adornada de olhares dourados e negros. Passará à história com o perfil de “homem lendário”, que encheu não poucas páginas da literatura romana e cristã e do marketing hollywoodiano.²

Pilatos certamente não foi “homem indeciso”, como é apresentado nos relatos evangélicos; na verdade, esses relatos

põem em evidência mais as maquinações das autoridades religiosas judaicas do que as decisões políticas do prefeito. O que a história demonstra é que o relacionamento de PP com aquelas autoridades, especialmente com Caifás, era bom, tranquilo e até estreito (PP jantou muitas vezes na luxuosa residência de Caifás). Não podemos esquecer que os sumos sacerdotes eleitos eram “selecionados” pelo prefeito, justamente para obter sua colaboração na já indesejada presença romana. Por exemplo, Caifás nunca apresentou queixa nenhuma sobre os excessos do prefeito, embora gozasse de forte influência sobre as lideranças judaicas de Jerusalém. Ele também foi destituído do seu cargo quando aconteceu a saída de PP (PAGOLA, 2013, p. 388).³

Pilatos foi homem medíocre e, sem dúvida, pouco preparado para a função que assumiu; mas em momento nenhum apareceu como alguém que teria desejado – nem que fosse por puro prazer – humilhar o povo hebraico (LÉMONON, 2009, p. 36–37).

Na verdade, as ações governamentais de PP denotam um homem inábil e desajeitado, desprovido de sentido político, preocupado apenas em demonstrar, em cada circunstância, que o poder é de Roma e só a Roma pertence.

Ele não entendia a nobreza da fé dos judeus, mesmo que às vezes ficasse maravilhado com a firmeza e a coragem desse povo diante de suas “inoportunas” iniciativas. Mostrava-se, no entanto, prudente, no sentido de que não agia intempestivamente quando de fato podia usar de enérgica força militar. Era firme, mas às vezes grosso com seus súditos, apenas interessado por demais em comprazer o imperador.

² Eusébio de Cesareia, na *História eclesiástica*, afirma que Pilatos caiu em desgraça junto ao imperador romano Calígula e cometeu suicídio por volta do ano 37 d.C. Contudo, o fato é que não se sabe ao certo como ocorreu sua morte; conforme o apócrifo do Novo Testamento *Atos de Pilatos* (também conhecido como *Evangelho de Nicodemos*), escrito provavelmente no século IV, a responsabilidade sobre a condenação de Jesus recai sobre os judeus e o papel de Pilatos no episódio é minimizado. Por causa de tal escrito, nas Igrejas ortodoxa e ortodoxa etíope, a figura de Pilatos foi reabilitada, a ponto de ser canonizado pela Igreja etíope e ambas as Igrejas procederem à canonização de sua esposa, Santa Prócula.

³ Foi descoberto, ao sul da antiga cidade de Jerusalém, um esplêndido ossuário familiar do século I que levava a inscrição: *Yehosef bar Caiafa*. A pesquisa admite que, com muita probabilidade, se trate do ossuário de Caifás, que interveio na execução de Jesus.

Não possuímos documentos detalhados a respeito de como os romanos se relacionavam “politicamente” com o povo judeu. Pelo que parece, a origem desse relacionamento remonta a 164 a.C., com uma mediação que o exército romano fez naquelas regiões. Quando Pompeu Magno anexou a Síria ao Império Romano (64 a.C.), havia muita instabilidade na Judeia, depois da morte do rei Alexandre Janeu. Tal situação punha em perigo a dominação romana na região. Numa manobra política, Pompeu designa Antipatro II e seus dois filhos, Fasael e Herodes Magno (c. 73–4 a.C.), para pacificar a região. No entanto, o ambicioso Antipatro submeteu a Judeia e tomou de assalto o templo, profanando-o e levando como troféus seus ricos tesouros. A repercussão desse incidente levou no mínimo 20 anos para se aplacar, o que aconteceu graças à diplomática mediação de Herodes, que, com o total apoio de Roma, chegou a ser rei no ano 40 a.C.

Após a morte de Herodes, surgiram vários pregadores suscitando “apocalípticas intranquilidades” no povo. Eram agitadores que anunciavam a iminência do fim do mundo ou a vinda de um messias que restauraria o poder dos hebreus. Esse movimento messiânico se verificou entre os anos 10–30 do século I da nossa era. Aqui aparece maior exigência da “pureza ritual” para se preparar para o “dia do Senhor”, da qual João Batista foi exemplo.

3. UM PROCESSO ROMANO NA TERRA DA JUDEIA

O que resta de importante para esclarecer no que diz respeito à política de PP e sua intervenção nos momentos fundamentais da vida de Jesus?

Tentar organizar e reconstruir, fidedignamente, os relatos da paixão de Jesus não é empresa fácil. Apoiados em ilustres exegetas que trataram de expor esses mo-

mentos cruciais de modo exaustivo – entre os quais, Raymond Brown e Simon Légasse –, podemos tentar responder a algumas das questões levantadas sobre a historicidade desse processo.

Nas regiões governadas pelos romanos, o direito penal era prerrogativa absoluta deles. Portanto, deve-se dizer que o sinédrio (composto do sumo sacerdote e 71 membros), embora tivesse poder oficial de pronunciar sentenças segundo a Lei judaica, de modo nenhum possuía o direito ou o poder de condenar Jesus à morte; se assim o tivesse feito, sua decisão não teria valor algum. O processo talvez tenha se desenrolado no palácio de Herodes, e o colóquio entre PP e Jesus teria acontecido no interior do pretório.

O processo contra Jesus aparece cheio de graves incongruências. Jesus se defende sozinho, coisa impensável no direito romano. Por que ele foi condenado na perspectiva judia e romana também não fica claro. Para os romanos, uma possível condenação teria sido admitida apenas na hipótese de que Jesus se arrogasse uma realeza terrena, pretendendo substituir o imperador, o que, no Império Romano, implicaria a condenação à morte. Essa incriminação seria forte diante de PP. No entanto, o fato de Jesus ter atacado as “maracutaia” do templo e manifestado sua “origem divina” em nada contrariava a lei romana e, portanto, PP nem deveria ter cogitado condená-lo com base nisso.

É difícil admitir, no plano histórico, que PP, “não achando culpa em Jesus”, o tenha condenado apenas porque as autoridades religiosas lhe enviaram um réu para ser condenado.

4. PÔNCIO PILATOS EM NÓS?

O chefe dos sacerdotes lembrou a PP que Jesus ameaçava a segurança do trono e, por causa disso, poderia ser considerado “traidor de Roma”; esse era um ponto sensível a PP.

As multidões lhe pediam que soltasse Barrabás. Pilatos estava diante de um dilema, como tantas vezes acontece na vida, especialmente no campo político. A justiça estava de um lado; a retidão, do outro.

Por vezes, PP nos fascina e até podemos compreendê-lo. A vida não é fácil! Ele talvez não fosse mau; nem o que chamaríamos de “homem fraco”, se com isso queremos dizer “pusilânime”. Ao contrário, PP cumpriu seu cargo de maneira completa e decidida. Afinal de contas, era um bom funcionário público, um bom agente de Estado. Seu cargo dependia disso. Não era desonesto; ele nada havia roubado; entretanto, agiu, muito demorada e cuidadosamente, sempre em vista de seu próprio benefício. Quando o chefe dos sacerdotes lhe forneceu a razão que ele estava buscando (segundo a lei romana) – “Esse homem é um traidor: ele se faz rei!” –, preferiu a segurança e a integridade pessoal. Talvez PP tenha se convencido de que aquele homem provavelmente fosse inocente – ele conhecia as maquinacões das autoridades religiosas de Jerusalém – mas, submisso a seu ego, não conseguia suportar a hipótese de que sua posição ficasse ameaçada. Conhecemos muito bem o conflito. Esse PP – atenção! – pode viver também em nós, quando nos omitimos ou nos recusamos a sacrificar-nos para ajudar/servir os outros em prejuízo de nós mesmos...

O coração de PP, não raro, parece o nosso, quando não conseguimos tomar uma decisão, não conseguimos ficar contra as multidões, contra o que está “na onda”; impotente para buscar a verdade acima de exigências pessoais. Pilatos é a parte nossa que não defende o bem, que não consegue ver decência humana nos marginalizados, nos condenados, no submundo de nossa sociedade. Em cada um de nós, PP põe à prova todos os ideais que proclamamos no resto do credo. Enfim, parece que ele permanece no credo como prova absoluta de que Jesus

não está realmente seguro conosco. Ainda não... (CHITTISTER, 2008, p. 137-138). Infelizmente, PP não conheceu o fascínio da liberdade. Nunca descobriu que a liberdade não mata os sonhos; antes, constrói na vida o que muitos desejam, mas pelo que não têm a coragem de lutar. Certamente ser livre é um desafio permanente: fascina, cativa, dá coragem, cria esperança, faz sonhar, investir no bem, acreditar no futuro. Contém uma força que é mais forte do que todas as escravidões. No mundo de hoje, precisamos de pessoas livres! Pilatos não era uma delas (FRANCISCO, 2018, p. 9).

vp

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUDOIN, Anne-Catherine. E Pilato diventa un eroe... *Il Mondo della Bibbia*, Torino: Elledici, n. 97, anno 20, p. 46-51, mar./apr. 2009.
- CHITTISTER, Joan. *Para aprofundar o creio*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- FAUS, José Ignacio González. *Confío: comentario al credo cristiano*. Santander: Sal Terrae, 2013.
- LÉMONON, Jean-Pierre. Fortuna e caduta di un prefetto di Giudea. *Il Mondo della Bibbia*, Torino: Elledici, n. 97, anno 20, p. 32-37, mar./apr. 2009.
- MONLOUBOU, L.; DU BUIT, F. M. *Dicionário bíblico universal*. Petrópolis: Vozes; Aparecida: Santuário, 1997.
- PAGOLA, José Antonio. *Jesús: aproximación histórica*. Buenos Aires: PPC, 2013.
- PAPA FRANCISCO. Ser livre é um risco e um desafio. *L'Osservatore Romano*, n. 49, 4 dez. 2018.
- REID, Daniel G. Reid (Org.). *Dicionário enciclopédico da Bíblia*. São Paulo: Paulus/Paulinas/Loyola; Santo André: Academia Cristã, 2013.
- SARTRE, Maurice. Un romano di fronte all'enigma ebraico. *Il Mondo della Bibbia*, Torino: Elledici, n. 97, anno 20, p. 38-41, mar./apr. 2009.



ROTEIROS HOMILÉTICOS

Izabel Patuzzo*

3º DOMINGO DA QUARESMA

7 de março

Jesus, o novo templo

I. INTRODUÇÃO GERAL

O texto do Evangelho deste domingo nos aproxima do contexto da celebração da Páscoa. O evangelista João nos relata a primeira Páscoa em que Jesus sobe para o templo de Jerusalém em sua missão. As leituras apresentam forte convite a viver a fé em Deus na fidelidade radical. A caminhada quaresmal nos recorda a profunda experiência exodal de Israel, que se encontra com Deus no deserto e recebe os Mandamentos. A Quaresma é tempo propício para reconhecermos que precisamos ser conduzidos por Deus; é tempo de renovar o coração e nos convertermos. Os Dez Mandamentos nos direcionam para uma vida nova, como Israel rumo à terra que Deus lhe reservou.

O Decálogo é o grande dom de Deus ao seu povo liberto, e sua observância é sinal do compromisso com a Aliança que Deus estabelece com Israel. Essa orientação divina é oferecida ao povo escolhido para obter a felicidade verdadeira, praticar a misericórdia e experimentar as bênçãos do Senhor. A primeira leitura e

o Evangelho nos apontam caminhos para construir nossa relação com Deus. Dessa relação depende como nos relacionamos com as pessoas e com os demais aspectos de nossa vida. Os Mandamentos e o templo são dons de Deus inegociáveis. Não podem se tornar mercadoria. São fonte de vida, e não de lucro. O povo de Deus sempre manteve viva a memória do seu passado, sua tradição religiosa e cultural. O Evangelho relata o incidente da indignação de Jesus diante dos líderes religiosos do templo, que transformaram o lugar sagrado num mercado religioso-econômico. Esse era um sinal evidente de que os Mandamentos não estavam sendo observados. O Decálogo estabelece que tudo aquilo que se refere a Deus deve estar em primeiro lugar. Para Israel, a montanha sagrada e o templo eram lugares de encontro de Deus com seu povo. Esses lugares não poderiam ter outra função que não fossem o culto e a oração.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. 1ª leitura (Ex 20,1-17)

A primeira leitura nos recorda que, na caminhada do êxodo pelo deserto, o Senhor Deus estabelece os preceitos que irão nortear a vida nova de seu povo liberto. Os Dez Mandamentos e sua observância

Ir. Izabel Patuzzo pertence à Congregação Missionárias da Imaculada – PIME. É assessora nacional da Comissão Episcopal Pastoral para a Animação Bíblico-Catequética da CNBB. Mestre em Aconselhamento Social pela South Australian University e em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É licenciada em Filosofia e Teologia pela Faculdade Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo. E-mail: isabellapatuzzo@hotmail.com

são condição essencial da Aliança selada entre o Senhor e seu povo escolhido. Israel recebe a Lei como o grande dom de Deus no deserto e reconhece que depende e precisa da orientação divina. Os preceitos recebidos são apresentados a toda a comunidade, para que estabeleça um vínculo com o Senhor, como seu único Deus, e para que não volte à condição de escravidão. Israel recebe todas as instruções para deixar para trás as relações de opressão da casa do faraó e se lançar na missão de construir novas, fundamentadas na prática da justiça.

Dessa forma, os três primeiros mandamentos estabelecem a relação de senhorio de Deus com seu povo, e os demais se vinculam à relação com o próximo. Na narrativa do Sinai, a observância desses preceitos é fundamental para Israel, porque a Aliança pressupõe a prática de todos os Mandamentos.

A Lei entregue a Israel é também diretiva para a construção de relações humanas e justas dentro da comunidade. Os Mandamentos exigem que a legitimidade dos direitos individuais e sociais básicos dos membros da comunidade possa ser respeitada. Os limites instituídos são essenciais para que cada pessoa se torne um membro responsável pela proteção de todos. O conjunto de normas e restrições visa não somente ao cuidado da dignidade das pessoas, mas também de seus pertences. Os valores expressos no Decálogo garantem a construção de relações sociais sólidas para verdadeira prática da justiça social. E posteriormente, quando Israel vier a se estabelecer na Terra Prometida, o Decálogo será o fundamento que norteará todos os princípios éticos e judiciais (Ex 23,1-8) – por exemplo, no cultivo da solidariedade com os mais necessitados, na hospitalidade com o estrangeiro e com outras categorias marginalizadas.

Em momentos de dificuldade, o povo de Deus sempre se inspirava na Torá, que tinha como fundamento o Decálogo. Para Israel, a Lei de Deus sempre foi sinal e expressão da vontade divina, a qual deveria ser cumprida na sua totalidade. Era o caminho de justiça, de santidade, de vida, aquela que, por excelência, preexistia perante Deus. Segundo a fé do povo escolhido, a Torá – entregue ao povo por Deus por intermédio de Moisés – era o centro da educação dos descendentes em todos os âmbitos da vida. A educação judaica diferia da educação das culturas circunvizinhas, porque prezava pela sabedoria divina e pela virtude acima de qualquer outro conhecimento. Assim, aprender o caminho de Deus descrito na Torá e observar todos os seus mandamentos era o que havia de mais importante.

A Quaresma é tempo em que buscamos nos reconciliar com Deus e com os irmãos, e os mandamentos do Decálogo são colocados diante de nós como princípios orientadores que contêm a sabedoria divina. Escritos com clareza, com uma linguagem que todos podem compreender, eles devem ser apreciados e observados como regra de ouro.

Grande parte das Escrituras deriva da prática concreta dos Mandamentos nas diversas circunstâncias da vida. Israel reinterpretou os preceitos divinos em todos os momentos de sua história. E, muitas vezes, percebeu que havia sido infiel, que havia transgredido a Lei divina. Como Israel, o tempo quaresmal requer de nós um discernimento: deixamo-nos de fato guiar, conduzir por Deus?

2. II leitura (1Cor 1,22-25)

A segunda leitura deste domingo é retirada da carta que o apóstolo Paulo escreve à Igreja de Corinto. Esse texto apresenta uma reflexão fundamental sobre a essência da fé cristã. Ele prega o Evangelho

da cruz, recordando que Jesus Cristo é a plenitude da sabedoria divina. A cidade de Corinto, assim como as demais cidades gregas, prezava pelo saber lógico da filosofia. Infelizmente, porém, os gregos se deixavam facilmente enganar pela sabedoria deste mundo, sendo incapazes de reconhecer o amor de Deus revelado na cruz. Os judeus, por sua vez, esperavam pelos sinais da chegada do Messias enviado, Filho de Deus, mas também não conseguiram reconhecer os sinais de Deus nas obras realizadas por Jesus.

Paulo ensina aos cristãos do mundo grego e judaico que suas expectativas acerca do poder da sabedoria e dos sinais divinos são limitadas, pois Deus se manifesta na fraqueza e na loucura da cruz para redimir a humanidade. Apresentar o Cristo, morto na cruz, naquele contexto era desafiante, era como andar na contramão, uma vez que os gregos esperavam um Deus glorioso e os judeus esperavam um Messias poderoso. O apóstolo, que fez a experiência de se encontrar com o Ressuscitado e ser transformado por ele, com muita convicção afirma que o amor redentor de Deus manifestado na cruz é loucura aos olhos do mundo, mas não aos olhos de quem abraçou a fé em Jesus Cristo. Ao falar da morte de Jesus na cruz, Paulo chama a atenção para o fato de que as ideias preconcebidas que temos sobre os sinais de Deus em nossa vida às vezes precisam ser reexaminadas. O caminho do discipulado passa pelo serviço, e não pelo poder; pela sabedoria dos valores evangélicos, mais que pela ciência que não favorece a vida. A Quaresma é tempo favorável para a renovação e avaliação de nossa vida espiritual.

3. Evangelho (Jo 2,13-25)

Jesus, como os judeus piedosos de seu tempo, tinha grande respeito pelo templo como lugar sagrado para prestar culto a

Deus, orar, celebrar as festas litúrgicas importantes e receber as bênçãos divinas. Sua indignação, apresentada no Evangelho de hoje, não é consequência de uma explosão de raiva; é, antes de tudo, um zelo pelas tradições sagradas e pelo templo.

Primeiramente, o evangelista nos dá uma informação importante: o evento se desenvolve próximo da “Páscoa dos judeus” (e não da Páscoa do Senhor), pois, no Evangelho de João, a Páscoa do Senhor se realiza no contexto da paixão, morte e ressurreição. A peregrinação dos fiéis piedosos a Jerusalém, por ocasião da Páscoa, fomentava intenso comércio no templo. Segundo a tradição judaica, o templo, a sinagoga e a Torá eram sagrados. Tornar o templo num lugar de comércio significava desprezo pela tradição. Significava retirar do povo a sacralidade do templo e a oportunidade de fazer suas orações e prestar culto, como expressão da fé judaica. É diante dessa realidade que Jesus é tomado de indignação para purificar o templo, já no início de sua missão.

Os vendedores são apresentados como coletividade que comercializava toda sorte de animais; juntamente com eles, o texto também menciona os cambistas, que lucravam com essa festa litúrgica. Para Jesus, a atividade comercial era incompatível com a função religiosa do templo. O comércio é o lugar onde se busca o lucro econômico e a satisfação das necessidades materiais. O mercado deveria ter seu lugar próprio, pois tem finalidades específicas.

A atitude de Jesus assemelha-se ao zelo profético pelas coisas de Deus. O chicote era símbolo proverbial para designar as dores que marcariam o tempo inaugural da era messiânica. Dessa forma, João, ao descrever a cena de Jesus usando o chicote para purificar o templo, quer expressar que tal atitude é necessária para lhe devolver a real função sagrada; indiretamente, o texto quer

afirmar que Jesus é o Messias esperado. Ele cumpre a profecia de Zc 14,21, que diz: “Não haverá mais vendedor na casa de Javé dos exércitos, naquele dia”. Os gestos de Jesus estão em sintonia com a denúncia dos profetas acerca dos cultos e sacrifícios que não agradavam a Deus justamente porque compactuavam com a exploração dos pobres. Ao expulsar do templo aqueles que desvirtuavam a função sagrada do templo, bem como seus materiais de sacrifício, as ovelhas e bois, Jesus evidencia que aquele tipo de culto não agrada a Deus. Ele age como Filho zeloso que recupera o sentido original do culto, da oração e do lugar sagrado. Sua frase aos comerciantes do templo é, na verdade, uma exortação, forte apelo a não transformar a casa do Pai em casa de comércio. Além disso, dá-lhes a oportunidade de se converterem da prática da injustiça, que implicitamente estava relacionada com a exploração comercial e cambial daqueles que atuavam no templo.

Em resposta aos judeus, que pedem um sinal como prova de que ele de fato é o Messias enviado, Jesus indiretamente indica que o sinal será sua morte de cruz. O texto faz alusão à sua ressurreição, que ocorrerá três dias depois de sua morte, quando Jesus se tornará o novo templo. Seus discípulos irão compreender esses fatos somente depois de sua ressurreição. Simbolicamente, as atitudes de Jesus nesse texto anunciam sua missão de libertar, de purificar seu povo. Assim, ele recupera o verdadeiro sentido do culto a Deus e das tradições sagradas.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

As leituras deste domingo nos convidam a seguir Jesus em sua missão de guardião da casa do Pai. Nós também devemos ser guardiões, não somente dos Mandamentos, dos lugares sagrados, mas das tradições e de todas as instituições que são sagradas

Ministério dos Coroinhas

Formação bíblica, teológica e litúrgica para o serviço do altar e do povo de Deus

Fr. Miguel Debiasi



152 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

O livro possui quatro partes.

Na primeira, apresentam-se estudos teológicos e cristológicos, buscando compreender quem é Jesus de Nazaré. Na segunda, apresenta-se a “Igreja povo de Deus” como sendo a casa da Palavra de Deus e da celebração eucarística. Na terceira, explicam-se o ministério dos coroinhas e o que envolve esse serviço pastoral. Na última, apresentam-se os principais objetos e sinais litúrgicos e orientações para a pastoral dos coroinhas.

Vendas: (11) 3789-4000
08000-164011

paulus.com.br

porque estão a serviço da vida – como a família, a educação, a saúde e as instâncias jurídicas. A fé cristã supõe que o sagrado não pode ser comercializado. As Escrituras nos apontam muitas formas de comercializar os bens sagrados.

Os Dez Mandamentos e o templo, apresentados hoje, recordam-nos que o sagrado é inegociável. O comércio no templo simboliza qualquer atitude de desrespeito por tudo que há de sagrado em nosso meio. Não podemos negociar os bens que estão em função da vida. Atualmente assistimos ao fenômeno de certos líderes religiosos que fazem da religião uma prática comercial. Jesus nos ensina, porém, que tal prática é inaceitável para o cristão. As instituições sagradas têm seu devido lugar e valor em nossa vida, e respeitá-las é condição essencial para o bem comum.

4º DOMINGO DA QUARESMA

14 de março

Deus é misericordioso e cheio de compaixão

I. INTRODUÇÃO GERAL

A liturgia do 4º domingo da Quaresma tem como tema central a misericórdia e a compaixão de Deus. Por isso, este é também chamado de o domingo da alegria. As leituras nos apresentam Deus como um Pai amoroso, cheio de ternura para com a criatura humana. Nossa salvação vem pela graça e pelo amor; Jesus, em suas ações e palavras, externou, de modo muito visível e concreto, esse amor misericordioso. A liturgia deste dia nos recorda que Deus se faz muito próximo de nós, dialoga conosco, como no encontro de Jesus com Nicodemos. No Evangelho, João faz um paralelo da serpente levantada por Moisés no deserto, para curar os sofrimentos de seu povo, com a paixão e morte de cruz de

Jesus. O evangelista apresenta Jesus como o novo Moisés que se oferece a si mesmo na cruz como dom de amor e misericórdia. Por isso, foi exaltado e glorificado. Essa é a fé que a comunidade de João vive e anuncia. Em nossa observância quaresmal, somos chamados a entrar nesse profundo mistério da graça de Deus, de sua infinita misericórdia, a qual nos refaz e nos transforma em discípulos que acolhem a salvação oferecida por ele como dom gratuito.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (2Cr 36,14-16.19-23)

Na primeira leitura, o cronista faz uma releitura de parte da história de Israel, retratando as infidelidades e sofrimentos do tempo da monarquia e do exílio na Babilônia. O texto recorda as infidelidades dos reis e sacerdotes desse período histórico. As infidelidades dos líderes são as injustiças e a recusa a acolher os mensageiros e profetas enviados por Deus. De acordo com a leitura, os sofrimentos causados pela dominação violenta e opressora do poder estrangeiro foram consequências dos pecados, dos desvios das lideranças políticas e religiosas de Israel. No entanto, o Senhor Deus, com sua misericórdia, possibilita ao povo reconhecer seus erros e retomar a vida com base em seus preceitos. Para tanto, surpreendentemente, Deus faz de um rei estrangeiro, Ciro, um instrumento de libertação política, reconduzindo os exilados de volta à sua terra.

A concepção de misericórdia e compaixão nesta leitura apresenta ainda traços da crença na retribuição, presente no Antigo Testamento, segundo a qual Deus era bom somente para aqueles que fossem fiéis a ele. A bênção ainda era vista como fruto de méritos e esforço humano. No Evangelho, Jesus, porém, vai revelar o pleno sentido do amor misericordioso de Deus, que nos ama infinitamente como filhos, e

não somente quando nos esforçamos para sermos bons. Deus propõe o caminho do bem para evitar sofrimentos, mas não negocia nossa fidelidade; como Pai amoroso, espera nossa livre adesão à sua proposta de vida. Ele não contabiliza nossos débitos, para devolver suas bênçãos segundo nossos méritos, pois sua misericórdia não está condicionada ao nosso agir, mas exprime sua grande capacidade de amar e perdoar.

Ainda que a visão do cronista seja limitada, ao ver Deus como aquele que ensina por meio de castigos – uma concepção restrita da misericórdia no seu tempo –, ele aponta para algo muito importante: quando o ser humano abandona os caminhos divinos, faz escolhas erradas que podem lhe trazer grandes sofrimentos. O egoísmo, a autossuficiência, as ambições desmedidas trazem como consequência um futuro marcado pela dor e pela morte. Assim, a releitura que o cronista faz da história do povo de Deus é um convite para escutar o Senhor e pautar nossas escolhas em suas diretivas. A misericórdia divina expressa nesta leitura é o fim do exílio, pois Deus escolheu seu povo para a liberdade, para a fidelidade e a obediência. Ele aponta para os pecados cometidos, mas sempre dá nova oportunidade aos seus filhos de se converterem, de retomar a caminhada de fé. De modo semelhante, a Quaresma é um tempo de esperança que nos é proposto para corrigirmos nossos erros e nos deixarmos transformar pelo amor de Deus.

2. II leitura (Ef 2,4-10)

A segunda leitura, retirada da carta do apóstolo Paulo dirigida à comunidade de Éfeso, retoma o tema da misericórdia na perspectiva da fé cristã. A carta aos Efésios contém duas partes: a primeira, de forma dogmática, aponta para os elementos essenciais da fé cristã; a segunda

Esperar a salvação

A escatologia de

Hans Urs von Balthasar

Leomar Antônio Brustolin (org.)



152 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

O livro reúne diferentes comentários ao pensamento do teólogo católico da Suíça, que colaborou de forma única para as reflexões da teologia no século XX e para quem a escatologia precisa ter, necessariamente, uma concentração cristológica. A obra é resultado das aulas e das pesquisas realizadas por mestrands e doutorandos do programa de pós-graduação em Teologia da PUCRS, na disciplina de Antropologia Teológica.

Vendas: (11) 3789-4000
08000-164011

paulus.com.br

apresenta, em forma de exortações, a unidade da Igreja. O texto deste domingo, assim como a primeira leitura, também faz uma leitura do passado, quando os discípulos ainda eram pecadores e não tinham abraçado a fé em Jesus Cristo. Contudo, o momento presente é moldado pela atividade criadora de Deus, que, em seu grande amor, nos concede uma vida nova, marcada pela graça. Esta leitura destaca a caminhada de conversão da vida pagã para a vida em Cristo. A vida antes da fé em Jesus é descrita como uma vida de morte, e a vida em Cristo, como ressurreição dos mortos.

Os ensinamentos da leitura revelam que o amor salvador e libertador de Deus não é condicional, não é concedido apenas às pessoas que se convertem; antes, é incondicional, oferecido ao ser humano mesmo ainda quando este percorre os caminhos do pecado. Cristo, por sua morte de cruz e por sua ressurreição, conduziu-nos à vida plena. O texto recorda à comunidade que Deus escolhe amar, salvar e dar a vida por nós. O propósito divino é este: amar a criatura humana com amor imensurável. E os discípulos de Jesus são chamados a essa vida na graça; são convidados a viver uma vida digna, para corresponder a esse amor gratuito. Salvos pela graça divina, os cristãos são chamados a viver como filhos e filhas redimidos.

A leitura nos convida a reconhecer que necessitamos da graça divina. Fomos salvos pela bondade divina e chamados a viver em conformidade com Cristo. O modelo de comunidade de discípulos apresentado na carta é o de uma Igreja que nasce da graça, da misericórdia, sendo, portanto, portadora desse amor universal. Segundo o apóstolo Paulo, os discípulos, como membros da comunidade de fé, tornam-se servidores, portadores da graça e da misericórdia. Unidos a Cristo, vivem o tem-

po presente como criaturas ressuscitadas; imersos na finitude deste mundo, passam pelas provações, mas com esperança, testemunhando e anunciando a vida nova oferecida por Deus.

3. Evangelho (Jo 3,14-21)

O texto do Evangelho proposto para este domingo é a narrativa do encontro de Jesus com Nicodemos. Nessa narrativa, parece que João recorda sua própria caminhada de diálogo com seu Senhor e Mestre, sua profunda relação com Jesus ao longo de seu discipulado. Nicodemos é descrito como um fariseu notável; possivelmente, membro do grande conselho judaico, o sinédrio (Jo 7,50). O personagem aparece em outros textos do Evangelho segundo João para defender Jesus perante os chefes dos fariseus. Também está presente quando Jesus é descido da cruz e colocado no sepulcro. Nicodemos se dirige a Jesus como seu Mestre, porém à noite, sinal de sua resistência inicial a abraçar a fé cristã e deixar-se iluminar por Jesus. Não se trata de simples encontro, mas do diálogo de um discípulo que deseja construir uma relação cada vez mais profunda com Jesus.

Em seu diálogo com Nicodemos, um judeu conhecedor das Escrituras, Jesus cita o texto de Nm 21,19, que se referia à praga das serpentes venenosas. Moisés, por indicação divina, fez uma serpente de bronze e a levantou numa haste. Quem fosse picado pelas serpentes seria curado ao olhar para a serpente suspensa na haste. Retomando esse texto antigo, Jesus estabelece um paralelo entre a vida transitiva deste mundo e a vida eterna que ele oferece ao seu interlocutor.

A serpente do deserto libertou o povo da morte física; Jesus, levantado na cruz, oferece a vida eterna, a salvação definitiva. Como enviado do Pai, sua missão é salvar o mundo. Jesus destaca que Deus enviou

seu Filho com o único propósito de salvar, e não condenar. A comunidade joanina reconhece nele o Messias enviado como dom, como prova do amor de Deus. E Nicodemos, que nos versículos anteriores tinha objetado nascer de novo, nascer do alto, aceitar Jesus como o Salvador, morto e ressuscitado na cruz, aos poucos entra no caminho do discipulado, construindo uma relação profunda com Jesus.

João narra a experiência de fé da comunidade que representa. Jesus é a luz que brilha no meio das trevas. A luz tem sua raiz no modo de agir que se opõe às ações das trevas. As ações das trevas se realizam na escuridão, porque são más. A prática do bem não tem medo de se expor à luz do dia. Segundo a tradição dos mestres judaicos, a Lei era vida e luz. Então, Nicodemos pode entender o sentido profundo dos ensinamentos de Jesus nesse diálogo e passa a testemunhá-lo em plena luz do dia.

O evangelista, ao narrar como Jesus acolhe Nicodemos, ressalta que a salvação é oferecida a todos; a escolha de aceitar essa oferta depende de cada um. Quando a pessoa aceita a proposta de Jesus, põe-se no caminho do discipulado, construindo uma relação cada vez mais próxima com o Mestre, como Nicodemos. Quem adere a ele tem a vida eterna. Nesse sentido, as leituras deste domingo nos ensinam que a salvação ou a condenação não são uma escolha divina, mas uma resposta pessoal a Deus. Na perspectiva do Evangelho segundo João, o amor de Deus é incondicional; acreditar em Jesus e tornar-se seu discípulo não consiste em uma adesão intelectual ou teórica a respeito das verdades da fé, mas em segui-lo como Mestre e Senhor, em estabelecer com ele uma relação tão profunda, a ponto de agir como ele. O discípulo é chamado a viver nessa intimidade com Jesus, a qual o leva a assemelhar-se a ele.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

A misericórdia e a compaixão divina reveladas em Jesus Cristo nos convocam para sermos acolhedores. O amor de Deus é incondicional, universal; é perdão e compaixão. Caminhar na fé em Jesus Cristo supõe estar disposto a essa reciprocidade no amor de Deus e dos irmãos. Nascer da água e do Espírito requer que trilhemos contínuo processo de conversão e renovação do coração e que nos libertemos das amarras dos maus hábitos, como condenar e julgar aqueles que temos dificuldades de acolher porque pensam diferente de nós.

Jesus não veio para julgar e condenar. Também nós devemos nos inserir nessa dinâmica fraterna de corrigir os erros sem julgar e condenar as pessoas. A pedagogia divina não desiste de chamar o pecador à conversão. Com muita frequência, presenciávamos atitudes de intolerância em nossa sociedade, que condenam e até matam por questões ideológicas. A exemplo de Jesus, o cristão é chamado a viver o acolhimento, a misericórdia, a compaixão, o perdão e ser tolerante diante de quem é diferente.

5º DOMINGO DA QUARESMA

21 de março

A hora da Nova Aliança

I. INTRODUÇÃO GERAL

As leituras deste 5º domingo da Quaresma nos apresentam três níveis na luta que envolve entrega de si e morte: o primeiro diz respeito ao que acontece na natureza, com o grão de trigo no Evangelho; o segundo refere-se ao pecado, à resistência de Israel a se entregar ao poder estrangeiro babilônico; o terceiro tem relação com a entrega de Jesus, segundo a carta aos Hebreus. Contudo, a entrega, na perspectiva das Escrituras, tem um propósito, isto é, gerar o novo, produzir rica colheita e trazer

a salvação. As três leituras nos interrogam: Estou pronto para o combate e para me entregar, a fim de que minha vida se torne também um ato de salvação?

A Palavra de Deus recorda continuamente que o Senhor estabeleceu uma aliança definitiva com seu povo escolhido, mas Israel nem sempre foi fiel. A aliança, na perspectiva profética, implica deixar-se conduzir novamente por Deus e permitir que ele mude e transforme o coração humano. O perdão que Deus oferece ao povo infiel reconstrói sua esperança e o torna capaz de pensar, decidir e agir segundo os preceitos divinos. No Evangelho, Jesus toma grande lição da natureza: “Se o grão de trigo que cai na terra não morrer, permanecerá só; mas, se morrer, produzirá muito fruto”. Nisso consiste nossa entrega pelo Reino de Deus.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Jr 31,31-34)

Na primeira leitura, por meio do profeta Jeremias, Deus promete aos judeus exilados na Babilônia: “Eu estabelecerei com a casa de Israel e com a casa de Judá uma aliança nova”. A Primeira Aliança foi selada no deserto, quando o Senhor libertou seu povo da escravidão do Egito. Jeremias exerceu seu ministério profético antes da destruição do Reino de Judá, viu a destruição de Jerusalém e a ocupação da Babilônia e acompanhou a deportação da classe governante de Judá ao exílio. Em seu longo ministério, conheceu de perto os sofrimentos daqueles que permaneceram na terra devastada pela guerra, e também daqueles que foram forçados ao exílio.

Embora seja difícil precisar quando esse texto foi escrito, ele retrata a realidade de quebra da Primeira Aliança escrita nas pedras no evento do Sinai. O profeta Jeremias diz que a Segunda Aliança será escrita no coração; isto é, Deus irá gravar seus

preceitos no íntimo de cada pessoa. Na cultura semita daquele tempo, o coração era considerado o centro dos sentimentos, dos pensamentos, das decisões e das ações humanas, sobretudo o centro da sabedoria. Jeremias vê que a dura experiência do exílio é momento propício para renovar o coração e reconstruir a aliança com o Senhor. Mesmo nessa situação de sofrimento, o profeta vislumbra um futuro de esperança, no qual o povo deseja servir a Deus de coração e fará essa escolha na liberdade. Na leitura, o profeta Jeremias indica que o povo precisa renovar sua relação com Deus. A imagem apresentada pelo profeta é a de um Deus amoroso, sempre disposto a perdoar e esquecer os erros passados de seu povo. Esse Deus era conhecido e amado pelo profeta. Também nós somos convidados, por meio dessa profecia, a sermos próximos de Deus, permitindo que ele renove nosso coração e nosso compromisso com ele.

2. II leitura (Hb 5,7-9)

A carta aos Hebreus é uma exortação de autor e destinatários desconhecidos. Foi enviada a uma das comunidades cristãs da Igreja primitiva. O texto tem como objetivo apresentar a identidade de Jesus Cristo: ele é o Filho de Deus elevado, o sacerdote da Nova Aliança. Na perspectiva cristã do autor, o sacerdote deve ser uma pessoa de senso profundamente humano e humilde, capaz de entender as fraquezas dos irmãos. Nesse sentido, Jesus é o modelo ideal e perfeito de sacerdote que se opõe à ordem sacerdotal, terrestre e imperfeita, da linhagem de Sadoc no Antigo Testamento.

3. Evangelho (Jo 12,20-33)

O contexto do Evangelho deste domingo é a entrada solene de Jesus em Jerusalém, depois de ter sido aclamado pelas

multidões como o Rei-Messias. Segundo o relato joanino, Jesus foi acolhido com ramos de palmas, o que recordava a tradicional festa das Cabanas, em memória do tempo em que Israel havia habitado em tendas, antes de conquistar a Terra Prometida. Essa festa celebrava o fim do processo de libertação da escravidão no Egito. Pondo em evidência esse contexto, o evangelista indica que Jesus chegou para nova libertação.

Os gregos que subiram a Jerusalém para prestar culto no templo descobrem Jesus e põem-se no caminho de seu seguimento. Jesus substitui o templo e desvia o itinerário da multidão. Chegam até ele as ovelhas que não são do recinto de Israel, destacando o caráter universal da libertação que Jesus veio trazer. Os gregos procuram por Filipe de Betsaida, território fora dos limites geográficos do mundo judaico. Betsaida, que significa “lugar de pesca”, é metáfora da atividade missionária dos apóstolos. Eles querem ver Jesus, e Filipe os apresenta a ele. Indiretamente, o texto faz alusão à evangelização da Igreja primitiva em ambientes não judaicos. Jesus anuncia que a hora de sua glória chegou, mas será glorificado como o grão de trigo que cai na terra e morre. Nessa declaração solene e central, ele explica como se produzirá o fruto da missão, sua e dos discípulos.

Na comparação do grão que morre na terra, a morte é entendida como a condição para que se libere todo potencial que a semente contém para gerar vida nova. O fruto só pode surgir quando o grão morre. Aplicada ao anúncio do Evangelho, a comparação sugere que a fecundidade da missão entre os gentios não dependerá da mensagem doutrinal, mas do testemunho do amor: dar a própria vida, esquecer-se dos próprios interesses e seguranças para se pôr a serviço do outro. Ser discípulo consiste em colaborar na mesma tarefa de

Fratelli Tutti

Sobre a fraternidade e a amizade social

Papa Francisco



152 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

A encíclica é uma atualização do pensamento social da Igreja frente aos desafios atuais da pandemia, dos retrocessos sociais, da emergência de nacionalismos e da hiperconectividade, que, por vezes, está mais a serviço do ódio do que do diálogo. Como único caminho possível, o Papa propõe a fraternidade universal, por meio de uma sociedade em que todos consigam desenvolvimento pessoal pelo trabalho e onde atue uma política centrada na justiça social e no bem-comum.

Vendas: (11) 3789-4000
08000-164011

paulus.com.br

Jesus, dispondo-se a sofrer a mesma sorte, no meio da hostilidade e perseguição, com a possibilidade de perder tudo.

Jesus não foge de sua hora. A descida do Espírito Santo sobre ele, com a voz que procede do céu, é a confirmação do Pai de que Jesus cumpre em plenitude a missão de redimir a humanidade. A multidão reconhece a procedência da voz celeste, que não foi destinada a Jesus, mas a eles, para que acreditassem.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

A primeira leitura nos revela que Deus toma a iniciativa de estabelecer aliança com a humanidade. O propósito de tal aliança é transformar o coração de cada pessoa, para se tornar nova criatura nessa profunda relação com Deus. O Evangelho nos indica que olhando para Jesus, aprendendo com ele a ser como o grão de trigo e pondo-nos no seguimento de doar a vida por amor é que conseguiremos viver na comunidade da Nova Aliança.

O caminho indicado por Jesus é o do amor radical, que rompe as fronteiras geográficas e existenciais. Como nos recorda o papa Francisco, somos enviados a proclamar Jesus Cristo nas periferias existenciais da humanidade. Trata-se de oferecer o dom de nossa vida, que às vezes passa pelo fracasso, pelo não reconhecimento, pela crítica, assim como o grão caído que morre, mas faz brotar algo novo. Não há missão sem sacrifício, sem doação, sem entrega. Jesus, porém, dá-nos a certeza de que a vida doada por amor ao Reino de Deus produzirá fruto.

DOMINGO DE RAMOS E DA PAIXÃO DO SENHOR

28 de março

Uma entrada pouco triunfante

I. INTRODUÇÃO GERAL

O final de algum evento – uma viagem, um relacionamento, uma visita, por exemplo – sempre causa um espanto pela novidade que virá e pelo que ficará do que se passou. Muito mais expectante seria o fim de uma existência plenamente vivida, como foi a de Jesus.

A celebração de Ramos nos introduz na semana final da vida humana de Jesus. A entrada em Jerusalém, centro político e religioso dos judeus daquele tempo, já representava um risco para Jesus e seus seguidores. Sua mensagem, propagada desde a Galileia, região periférica do Império, chegara à audição dos líderes religiosos que se situavam no templo. Eles procuravam uma ocasião favorável para eliminar esse mestre que arrebanhava pessoas para seu seguimento.

A liturgia se compõe também com o símbolo dos ramos. Naquele tempo, eram usados para a aclamação do Messias que vinha assumir sua posição perante seu povo. Hoje, recordamos essa entrada triunfal de Jesus para entrarmos com ele e participarmos do mistério de sua oferta de si.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Is 50,4-7)

O terceiro cântico do “servo sofredor” (Is 50,4-7) demonstra a confiança de um

**Pe. Marcus Mareano é bacharel em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará. Bacharel e mestre em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (Faje). Doutor em Teologia Bíblica, com dupla diplomação, pela Faje e pela Universidade Católica de Lovaina, na Bélgica. Professor de Teologia na PUC-MG, também colabora com disciplinas isoladas em diferentes seminários. Desde 2018, é administrador paroquial da Paróquia São João Bosco, em Belo Horizonte-MG. E-mail: marcusmareano@gmail.com

servo em Deus. O trecho de Isaías se dirige ao povo exilado em uma terra estrangeira, apresentando esse servo que, em meio às dificuldades sofridas até no corpo, não hesita em querer consolar, dizer uma palavra do Senhor a seus conterrâneos e oferecer-se aos escárnios alheios.

O servo resiste aos sofrimentos por meio da fé, mantém a confiança no Senhor e acredita que não será confundido (v. 7). É um representante da fidelidade à Aliança com o Deus de Israel, que instiga o povo a perseverar diante dos desafios e aguardar o socorro divino.

Assim como o povo que outrora viveu as turbulências do exílio da Babilônia e como Jesus, diante dos riscos que sofria por causa do anúncio do Evangelho, a comunidade que ouve essa palavra exercita a confiança em meio às adversidades.

2. II leitura (Fl 2,6-11)

Na segunda leitura, lê-se um antigo hino cristológico, elaborado anteriormente às narrativas da infância de Jesus, apresentando sua existência na relação com Deus.

Ele, sendo de condição divina, esvaziava-se e assume nossa carne como um servo de todos e para todos, obedecendo (dando ouvidos, estando atento) a Deus até a morte (na cruz). Por conseguinte, Deus o exaltou, ressuscitando-o dentre os mortos e dando-lhe uma posição superior (um nome acima de todo nome). Por isso, todos reverenciam Jesus como Senhor, o qual desceu até nós para subirmos, por meio dele, até Deus. A oferta de amor de Jesus na cruz é respondida por Deus com sua exaltação e seu senhorio sobre a humanidade e toda a criação.

O “esvaziamento” (*kenose*) de Jesus até a cruz nos propõe uma via diferente da que geralmente é buscada para obter sucesso. Em vez de honrarias, *status* social e bens materiais, Jesus percorreu um caminho de

Oração diária com a Bíblia

David E. Rosage



Imagens meramente ilustrativas.

O livro propõe um esquema para oração diária com a Palavra de Deus. As passagens da Sagrada

Escritura sugeridas seguem mais ou menos o modelo do retiro espiritual de 30 dias dos *Exercícios Espirituais* de Santo Inácio de Loyola.

Vendas: (11) 3789-4000
08000-164011

paulus.com.br

doação, que culminou na cruz. Assim, também cada cristão pode descobrir a beleza do “esvaziamento” de si, a exemplo do Filho de Deus.

3 Evangelho (Mc 11,1-10; 15,1-39)

A narração da paixão de Jesus assume o ponto alto da liturgia da Palavra na Eucaristia deste domingo. A longa leitura nos motiva para a interioridade e o silêncio do evento e provoca em nós um sentimento próprio por ouvirmos o relato da morte de alguém, cujo sentido compreendemos pela fé.

Os discípulos subiam com seu mestre Jesus para o templo de Jerusalém, lugar de aglomeração de pessoas, por causa das peregrinações, e centro da religião judaica daquele tempo. A entrada “triunfante” acontece de maneira irônica: um jumentinho em vez de cavalo, alguns seguidores em vez de um exército, pessoas humildes em vez de poderosos destacados e ramos e hosanas para aclamar o Rei-Messias que vem (11,1-10). Um rei diferente, correspondente ao reinado por ele anunciado!

No Evangelho de Marcos, Jerusalém representa a resistência e a oposição à mensagem de Jesus. Lá, após a entrada na cidade para a Páscoa, ele sofre um processo estranho e pouco autêntico por constituir-se de um motivo religioso levado pelos membros do sinédrio, mas executado pelo poder político (Pilatos – governador) com a pena mais cruel. A propósito, o costume referido na narrativa de Mc 15,6 (soltar um preso na Páscoa) é questionável historicamente, por não ser citado nas fontes judaicas e romanas. Pilatos é recordado por Flávio Josefo, um historiador judeu do século I, como um governador muito inclemente. O povo, cúmplice no processo, prefere a anistia de Barrabás (literalmente, “filho do pai”) e a condenação de Jesus.

A humilhação sofrida por Jesus da parte dos soldados ironiza a realeza dele. Eles o

vestem com um manto de púrpura, cor dos dignitários e das insígnias de realeza (1Mc 10,20; 11,58). Além das vestes, outros atos para a ridicularização são feitos: uma coroa (de espinhos), a saudação ao rei, prostração satírica e cuspes contra Jesus (15,16-20).

Em seguida, levam-no para o destino da execução, um lugar chamado Gólgota. No caminho (15,21), certo Simão, pai de membros de conhecidos da comunidade cristã (Rm 16,13; At 19,33; 1Tm 1,20; 2Tm 4,14), ajuda Jesus no carregamento da haste transversal da cruz até o lugar da crucificação. Dão-lhe vinho com mirra, como um anestésico entorpecente, mas Jesus não aceita e sofre silenciosamente as penas da cruz desde a hora terceira (9 horas) até a hora nona (15 horas), quando exclama: “Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?” (15,34; cf. Sl 22,1). Uma profunda desolação, a ponto de sentir-se abandonado, mas confiante por clamar e ser ouvido. Jesus realiza a figura do servo sofredor, apresentada na primeira leitura, como quem confia no Pai até o fim. Um grito e a expiração final, culminando com o silêncio total (15,37).

O véu que cobria o “Santo dos santos”, lugar mais sagrado do templo, rasga-se de cima a baixo como sinal de que a separação entre Deus e o ser humano já não existe. A cruz dá acesso a Deus e revela quem é Jesus: “Verdadeiramente, este homem era Filho de Deus” (15,39), confessa um centurião. A identidade misteriosa de Jesus se esclarece na cruz, ele é o servo sofredor que dá a própria vida como Filho de Deus. O Messias “diferente” revelado na morte de Jesus aponta para o mistério divino anunciado desde o início do Evangelho (1,1).

De um lado, a alegria da entrada triunfante em Jerusalém com a qual iniciamos as leituras; de outro, a trama do processo e do final da vida de Jesus, esvaziada de honras e privilégios e plena de amor, realização e confiança em Deus. A subida de Jesus para Jerusalém representa sua descida aos mais

profundos dramas humanos: a dor, o sofrimento e a morte. Jesus encara essas realidades convicto na ação do Pai, sem recuar ou se acovardar diante dos desafios e ameaças.

As leituras nos fazem pensar na seriedade do seguimento de Jesus. Assumir seu itinerário de vida é dispor-nos para as possíveis consequências, atualizadas para a sociedade de nossos tempos, sofrendo outros processos e outras condenações, reconhecendo outras cruzes e crucificados da contemporaneidade, tantas injustiças e mortes que clamam aos céus. A fé se torna o ingrediente indispensável no processo, como foi para Jesus.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

A liturgia segue recordando o desfecho da vida de Jesus e faz pensar também em nossa peregrinação existencial: para onde vamos? Quais têm sido nossas escolhas e que consequências elas têm trazido para nós e para outras pessoas?

Uma vida realizada é possível quando fitamos o essencial e ousamos olhar para além das aparências. O final da vida de Jesus demonstra o contraste entre modelos diferentes de realidades, reinos e projetos de vida. Ele opta pelo mistério do amor de Deus oculto nas coisas e pessoas, tornando esse amor visível em sua humanidade (Jo 5,20; 14,9; 1Jo 4,9-10). Portanto, quem o segue deve igualmente demonstrar esse amor (Jo 14,12; 1Jo 3,16.18), causa de uma existência e sentido de vida.

Finalmente, o Salmo 22(21), rezado na liturgia, propõe, em forma de oração, nossa entrega confiante a Deus, mesmo se não o sentimos presente. Nem sempre temos sensibilidade para a presença de Deus, porém a fé nos ajuda a acreditar em sua ação amorosa. Deus está além do que sentimos e percebemos dele.

Os roteiros homiléticos do Tríduo Pascal (Ceia do Senhor, Paixão do Senhor e Vigília Pascal) podem ser acessados no *site* da revista.



DOMINGO DA PÁSCOA

4 de abril

Eis que tudo se faz novo!

I. INTRODUÇÃO

O primeiro dia da semana se repete a cada semana e traz a grande mensagem de Deus para a humanidade: a morte foi vencida. Cristo ressuscitou! Tudo se faz novo! A Páscoa celebrada neste dia, e recordada a cada domingo (páscoa semanal), é o cumprimento da salvação de Deus em Cristo Jesus.

A liturgia deste domingo se rejubila com tão grande novidade. A exultação se encontra em todas as leituras e gestos. A assembleia pode fazer a experiência de passar da morte para a vida na ressurreição de Jesus. Com isso, cantamos com o salmista: “Este é o dia que o Senhor fez para nós! Alegremo-nos e nele exultemos!” (Sl 117,24).

A solenidade da Vigília Pascal, na noite anterior, continua a ecoar nos próximos dias. A celebração da ressurreição de Jesus é também a da nossa ressurreição nele. Somos renovados pela força desse mistério em nós.

A noite já passou e tudo se faz dia em brados de “aleluia”. O caminho em direção ao túmulo representa a coragem de atravessar o escuro e encarar a morte para ver resplandecer nova aurora em uma vida ressuscitada. A morte foi vencida pela ação de Deus!

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (At 10,34a.37-43)

O texto da primeira leitura apresenta o discurso de Pedro na casa de Cornélio. A cena se situa nas narrativas a respeito da atuação de Pedro na Palestina (9,1-11,18). Conforme o percurso da mensagem do Evangelho, a pregação dos discípulos se expandia para Samaria (At 8-12) e chegava aos não judeus.

O conteúdo da pregação de Pedro é o querigma cristão, um resumo do que se lê nos Evangelhos, a saber: depois de ser batizado por João, Jesus pregou o Reino de Deus a partir da Galileia; foi morto na cruz em Jerusalém; entretanto, Deus o ressuscitou dentre os mortos e então ele apareceu às testemunhas, para que o proclamassem como o “juiz” designado por Deus para os povos (v. 37-42). O que antes era dirigido aos judeus (2,14-36) agora chega também a outros povos por meio de Pedro e – posteriormente, na narrativa de Atos dos Apóstolos – por meio de Paulo, que será o grande responsável pela pregação entre os pagãos.

Os primeiros cristãos se fixavam nessa mensagem essencial da fé para transmiti-la aos outros. Entretanto, ela não consistia em um conjunto de ideias a respeito de alguém; o querigma era, sobretudo, uma experiência de fé com o Senhor vivo. Essa proclamação atravessou os séculos e chegou até nós para que continuemos com o entusiasmo e a disposição que constatamos ao lermos sobre os primeiros cristãos.

Da mesma forma que Pedro considerou o ambiente e as pessoas para transmitir sua mensagem, podemos atualizar o querigma para os novos tempos, contextos e desafios, considerando seu conteúdo central, que se transmite desde o início da fé apostólica. Como propõe o papa Francisco na *Evangelii Gaudium*:

“Quando se assume um objetivo pastoral e um estilo missionário, que chegue realmente a todos sem exceções nem exclusões, o anúncio concentra-se no essencial, no que é mais belo, mais importante, mais atraente e, ao mesmo tempo, mais necessário. A proposta acaba simplificada, sem com isso perder profundidade e verdade, e assim se torna mais convincente e radiosa” (EG 35).

Assim, o Evangelho percorrerá mais lugares distantes e chegará a mais pessoas que vivem à espera dessa palavra de ressurreição.

2. II leitura (Cl 3,1-4)

O trecho da carta aos Colossenses evidencia a força da ressurreição de Jesus na vida pessoal. Lemos uma exortação para vivermos a vida verdadeira escondida em Deus, que ainda se manifestará.

Quem experimenta o Ressuscitado se torna nova criatura, busca as coisas do alto, onde Cristo está, à direita de Deus (v. 1). Jesus não fingiu ser humano e, depois, abandonou a humanidade; ele a assumiu até o fim. Portanto, a espécie humana é ressuscitada com Cristo e está à direita (lugar de honra) de Deus.

A experiência com o Ressuscitado gera vida nova, de forma que as preocupações terrenas, comuns a todas as pessoas, tornam-se secundárias. Afinal, o encontro com Cristo vivo muda os valores, e ele passa a ser o maior de todos os bens e o centro de todas as coisas. É dessa forma que Paulo narra sua própria experiência com Jesus: “Tudo considero como perda, pela excelência do conhecimento de Cristo Jesus, meu Senhor” (Fl 3,8).

Enfim, vivemos na expectativa da manifestação definitiva da glória de Deus (3,4; 1Jo 3,2; 1Cor 5,6-8), a partir da qual a ressurreição que experimentamos será plena em nós e em toda a criação.

3. Evangelho (Jo 20,1-9)

No texto do Evangelho, lemos a busca de Maria Madalena por Jesus. Possivelmente, ela foi a primeira a ir chorar no sepulcro, desconsolada pela morte do seu Senhor. Encontrava-se no luto, em tormento pela perda e sem horizonte. Estava viva fisiologicamente, mas decepcionada e morta por dentro, pois sua esperança morrera em Jesus. Ela vai no escuro do primeiro dia da semana (v. 1).

Maria vê a pedra do sepulcro removida, corre para a comunidade e narra esse evento a Simão Pedro e ao discípulo amado (v. 2). Ela imaginava que alguém tirara o

defunto sepultado. Os dois discípulos saem para verificar a veracidade do que fora contado e encontram as faixas e o sudário que envolviam o corpo de Jesus (v. 6-7); portanto, o ocorrido não seria obra de um vândalo ou de um ladrão.

O evangelista nota que o discípulo amado “viu e creu” (v. 8), dois verbos preciosos no Quarto Evangelho que dizem respeito à experiência de fé gerada pelo encontro com Jesus (Jo 1,46). Observamos outras ocorrências dessa combinação, que expressa a geração da fé a partir de um encontro: Natanael (1,50); os discípulos em Caná (2,11); os romeiros de Jerusalém (2,23-25); o funcionário real (4,48); os galileus (6,2.14); o cego de nascença (9,37-38); Tomé (20,29). Do contrário, ainda há a possibilidade de ver e não crer (6,36) e de nem sequer ver os sinais (6,26).

Nesse episódio, fica subentendido que o discípulo compreende o que a cena comunica: Jesus não está ali. Não encontramos o Ressuscitado amarrado no sepulcro, mas na vida cotidiana e nas pessoas. O sepulcro vazio não prova que Jesus ressuscitou, mas sugere que ele não se encontra entre os mortos. O episódio se conclui sem o encontro e o reconhecimento do Senhor ressuscitado, evento que se narra na sequência do Evangelho (20,11ss).

Nas noites atuais de nossa vida, pensamos já não haver esperança, como quando Maria Madalena foi ao sepulcro. Sobretudo, quando damos conta de tantas más notícias, crises diferentes e poucas perspectivas. É preciso coragem para atravessar e aguardar a aurora!

III. PISTAS PARA A REFLEXÃO

O Senhor não abandona seus seguidores. O que parece fim se torna um reinício surpreendente por causa da ação de Deus, que inaugura novo tempo. O susto de Madalena não se retém nela, mas a impele a ir aos outros que passavam por situação semelhante e aguardavam algo após a morte de Jesus.

Sob o olhar de Guadalupe

Sinais do céu sobre a terra

Dom Leomar Antônio Brustolin



152 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

O livro recupera os dados da aparição de Nossa Senhora de Guadalupe para interpretá-los segundo a ótica da espiritualidade mariana. O fenômeno é abordado em três eixos principais. O primeiro diz respeito aos fatos da aparição e ao contexto histórico em que ela aconteceu. O segundo comenta a imagem deixada sobre o poncho indígena, as opiniões da ciência, as polêmicas e os mistérios que a envolvem. O terceiro trata da mensagem revelada e de seus significados.

Vendas: (11) 3789-4000
08000-164011

paulus.com.br

A incógnita sobre o sepulcro vazio não é respondida no episódio do Evangelho deste dia. Sabemos o que aconteceu posteriormente por causa dos relatos de João (aparição a Maria Madalena – Jo 20,11-18 – e aos onze – Jo 20,19-23). No entanto, a dúvida sobre o que aconteceu é substituída pela certeza de que Deus, de alguma maneira, agiu conforme prometera. Portanto, alguma novidade surgiria e começava a despontar como o sol nascente.

Temos uma tendência a nos entristecer com os acontecimentos (as sombras da morte) que nos rodeiam. Notícias tristes, crises diferentes, maldades de diversos tipos etc. fazem-nos perceber demasiadamente a morte, que nos paralisa a ação e nos inibe de sonhar com um futuro melhor. O Ressuscitado nos conduz na sua luz para acreditarmos na vida presente em nós e entre nós, pois ele vive.

Que as noites não nos roubem a fé e a esperança no Senhor. Percebamos a novidade de Deus surgindo em meio a nós, nas mínimas coisas do cotidiano, na simplicidade de pessoas com quem nos encontramos e na relação que cultivamos com Deus. Ele é fiel!

2º DOMINGO DA PÁSCOA

11 de abril

Cheios de alegria por ver o Senhor

I. INTRODUÇÃO GERAL

Imaginemos como os discípulos se encontravam após a morte do mestre Jesus! Eles tinham aprendido de Jesus, convivido, testemunhado muitas coisas e, de repente, tudo parecia terminar com uma morte de cruz: expectativas, sonhos, projetos etc. Entretanto, a morte é vencida e Jesus surpreende seus amigos em uma visita inusitada.

Os “ecos” da celebração da Vigília Pascal continuam. A proclamação da ressurreição acontece neste domingo com a cena do en-

contro de Jesus com os discípulos, quando estavam reunidos com portas fechadas por medo dos judeus. Faz-nos pensar nos tantos fechamentos internos que possuímos, nos medos obscuros que nos atormentam e nas ameaças que imaginamos. A visita do Senhor transforma os receios em alegria indescritível.

Se já não podemos tocar o Senhor na materialidade, como os discípulos foram convidados a fazer, podemos tocá-lo na experiência de fé por meio da liturgia. A oração ultrapassa o espaço e o tempo e, assim, participamos do mistério que ouvimos na Palavra de Deus.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (At 4,32-35)

A primeira leitura traz o segundo dos três relatos (2,42-47; 5,12-16) do ideal da vida cristã no princípio da nossa era, o qual ainda serve de parâmetro para nós, na atualidade. Esses textos apresentam-se como “sumários”, na narrativa de Atos dos Apóstolos, para demonstrar o crescimento e a identidade dos cristãos, os quais, naquele período, eram um grupo minoritário no Império Romano.

A assiduidade no ensinamento apostólico, a comunhão fraterna, a partilha do pão e a oração em comum caracterizavam a quem seguia Jesus Cristo. A vivência da fé em Cristo provocava nova maneira de viver, diferente da dos grupos religiosos já existentes. A mensagem de Jesus atraía mais pelo entusiasmo com o qual era vivida do que por força da oratória e da argumentação. Por esse testemunho, o número dos que se convertiam aumentava e era destaque no relato de Lucas (At 2,47; 4,4; 5,14; 6,1.7; 9,31; 11,21.24; 12,24; 13,48-49; 16,5; 19,20).

Da mesma forma, séculos depois, o sonho da fraternidade universal e da partilha de bens devem permanecer como distintivo cristão na sociedade. Enfrentamos outros desafios e vivemos em outro contexto, diferentes dos do século I, porém essa leitura ensina

como viver melhor a relação com as pessoas e com as coisas. Trata-se de ensinamento cristão que pode ultrapassar os âmbitos da confissão de fé e chegar a pessoas de outras religiões, para um ideal de vida comum no nosso planeta tão ameaçado.

2. II leitura (1Jo 5,1-6)

Neste e nos próximos domingos, acompanharemos, na segunda leitura, trechos da primeira carta de João, um escrito do Novo Testamento com poucas características de uma carta e mais parecido com uma meditação, destinada aos cristãos que se sentiam inseguros na relação de comunhão com Deus.

Os primeiros destinatários desse texto enfrentavam desafios para professarem a fé em Jesus e para viverem o amor fraterno. A comunidade cristã é chamada a “vencer”, por meio da fé, o mundo (representação das adversidades). A vitória se realiza no amor a Deus e ao próximo.

Quem acredita que Jesus é o Filho gerado por Deus deve amar aqueles que foram gerados por ele (irmãos). O amor a Deus se torna visível no amor ao próximo (cf. 4,21; Mt 22,37-40; Jo 14,15.21; 15,17). E o critério concreto de que amamos os filhos de Deus é que, procurando amar a Deus, observamos seus preceitos, pois Deus deu orientações precisas para amar os outros em correspondência a seu amor por nós. Assim como o Senhor nos ama, nós devemos amar.

A carta ainda recorda em que consiste o amor: “guardar os mandamentos” (v. 3), os quais, como disse Moisés a respeito dos preceitos da Antiga Aliança, “não são difíceis” (Dt 30,11). Por essa razão, quem foi gerado por Deus já venceu o mundo, e a vitória é a fé em Deus.

O texto da leitura se encerra de forma semelhante a como se iniciou: “Quem é que vence o mundo senão o que crê que Jesus é o Filho de Deus?” (v. 5). Os versículos 1 e 5 formam uma “moldura” da

Jesus

Uma biografia

Armand Puig



O livro enumera fatos sobre a vida de Jesus para traçar uma biografia dessa personalidade, constituída de uma existência histórica que extrapola a dimensão espiritual e religiosa. Para isso, o autor considera e analisa com rigor crítico os Evangelhos, canônicos e não canônicos, e também fontes judaicas e romanas, oferecendo respostas historicamente embasadas que independem da fé para serem verossímeis, sendo compreendidas por qualquer leitor.

Vendas: (11) 3789-4000
08000-164011

paulus.com.br

passagem e expressam os dois termos da fé que João quis reforçar com seu Evangelho: fé em Jesus como “Messias” e “Filho de Deus” (Jo 20,31).

3. Evangelho (Jo 20,19-31)

No Evangelho deste domingo, lemos um dos tantos relatos das chamadas “aparições” do Ressuscitado à comunidade. O v. 19 descreve um pouco o estado do grupo de Jesus: eles estavam reunidos com portas fechadas por medo dos judeus – situação aguardada e comum para um grupo cujo líder foi crucificado.

Jesus vai aos discípulos e se coloca no meio deles, desejando-lhes a paz e apresentando suas mãos e seu lado como sinal de acolhida e prova de sua identidade. Aquele que fora abandonado regressa para aqueles que o abandonaram. Ele, que caminhou com os discípulos por tantas estradas, encontra-os fechados e quietos naquela sala.

Os discípulos se enchem de alegria por verem o Senhor (v. 20). A situação conflituosa e perturbadora é convertida em profunda alegria, entusiasmo, ânimo e coragem. O inverso daquilo que os discípulos sentiam, antes desse encontro com o Ressuscitado. A experiência da ressurreição de Jesus é transformadora, empolgante e arranca o ser humano da própria angústia, abrindo-o à felicidade plena e ao sentido da vida.

Ainda falando, Jesus acrescenta: “Como o Pai me enviou, também vos envio” (v. 21). Os discípulos têm a tarefa de anunciar e testemunhar aquela experiência de paz que lhes converteu o coração. Doravante, a intrepidez, a ousadia e o destemor devem caracterizar a nova postura de vida e a proclamação da ressurreição de Jesus, que apresenta também suas chagas glorificadas como sua identificação e registro de sua entrega amorosa a Deus e à humanidade. Tamanha graça aquela que os discípulos

tinham, que não podiam retê-la para si mesmos. Eles são enviados para transmiti-la, a fim de também converterem os medos e as mortes em destemor e vida nova.

Para isso, os discípulos recebem o Espírito Santo, continuando a missão de Jesus Cristo, proclamando e realizando o que foi sua missão: o perdão dos pecados (v. 23). Testemunhar o Ressuscitado significa viver impelido pelo Espírito de Deus, que foi soprado sobre todos, dando-nos vida nova, plena e em comunhão definitiva com Deus.

A segunda parte do Evangelho deste dia apresenta a experiência de Tomé (v. 24-28), representação de quem quer acreditar na ressurreição de Jesus. Ele não estava com o grupo por ocasião do encontro entre Jesus e os outros discípulos (v. 24), apenas ouve o testemunho deles: “Nós vimos o Senhor” (v. 25). Tomé anseia pelo mesmo encontro e, além disso, quer colocar os dedos nas marcas do prego e a mão no lado aberto – demanda de quem escuta uma notícia a respeito de um evento imprevisível.

João narra novamente um encontro de Jesus com seus discípulos no primeiro dia da semana, desta vez com a presença de Tomé (v. 19.26). O desejo de paz de Jesus para seu grupo continua (v. 26). Em seguida, ele convida Tomé a pôr o dedo na ferida e estender a mão para colocá-la no seu lado. Um convite à experiência de fé e à aproximação do mistério da ressurreição.

A reação de Tomé foi de reverência e reconhecimento daquele diante do qual ele estava. Não era um fantasma ou um desvario dos outros discípulos. Era Jesus crucificado, ressuscitado por Deus, trazendo as marcas da paixão e a glória da ressurreição. Uma situação não se dissocia da outra: o crucificado-glorificado é o Ressuscitado com suas chagas.

O trecho do Evangelho se conclui com a menção de que Jesus realizou muitos sinais além dos relatados e conhecidos por nós. Ele

continua a agir em nossa história humana. O que lemos e ouvimos sobre o Senhor é um apelo à fé, para que tenhamos vida no nome dele.

II. PISTAS PARA REFLEXÃO

Essas leituras nos impulsionam à relação com o Ressuscitado. Aquele que pode transformar nossos sentimentos diversos em paz e alegria para testemunhá-lo. Para isso, ele sopra sobre nós seu Espírito, para vivermos o perdão dos pecados.

Outras “chagas” se apresentam diante de nós no mundo contemporâneo. Os pobres, doentes e excluídos de nosso mundo representam novos rostos com os quais podemos praticar a experiência de Tomé. Tocar essas feridas de hoje implica ser presença solidária, acompanhar, contribuir, apoiar, alimentar uma sintonia e comunhão com aqueles que clamam por justiça e por uma presença consoladora, carregada de ternura e compaixão.

A experiência de encontro com o Senhor ressuscitado não é delírio dos primeiros discípulos ou ideia infundada da comunidade primitiva. A mudança de vida confirma o que o Espírito Santo gera naqueles que se dispõem a ele. Assim, que nossas liturgias nos ajudem a viver o compromisso do perdão e do amor, a exemplo de Jesus.

3º DOMINGO DA PÁSCOA

18 de abril

Vós sois as testemunhas

I. INTRODUÇÃO GERAL

A experiência com o Ressuscitado continua a ser narrada na liturgia deste tempo pascal. O efeito de tal evento se demonstra na “vida nova” gerada a partir desse encontro de fé, que não fica retido em quem o realiza, mas se transmite para que outras pessoas também o experimentem.

A compreensão desse evento acontece gradualmente. Com os primeiros discípulos foi assim, com nossa vivência ocorre da mesma forma. Pouco a pouco, participamos do mistério da ressurreição de Jesus e assimilamos esse mistério, que ilumina sua morte, sua vida e seus ensinamentos e nos faz perceber a nós mesmos e a criação de maneira nova. A liturgia deste dia nos propõe esse esclarecimento pelas Escrituras.

Cada celebração é uma oportunidade de crescimento espiritual. Ouvindo a pregação e o exemplo de Pedro (primeira leitura) e confiando sem medo em Deus, que nos perdoa (segunda leitura), podemos sair para testemunhar o mistério da fé em Cristo (Evangelho). Há muitas pessoas que precisam conhecer melhor a mensagem de Jesus.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (At 3,13-15.17-19)

A pregação de Jesus continua na voz e na vida dos seus seguidores. A primeira leitura traz uma cena na qual Pedro anuncia a mensagem cristã depois de ter curado um aleijado que estava à porta do templo (3,2). Muitas pessoas olhavam admiradas para Pedro e João (3,12) por causa do ato realizado. Então, Pedro toma a palavra para expor a fé em Jesus (v. 13).

O início da pregação recorda que o Deus dos pais (Abraão, Isaac e Jacó) glorificou a Jesus (v. 13). O Deus em quem o povo diz acreditar agiu na vida de Jesus de maneira contrária à ação dos líderes, que promoveram sua morte. Os discípulos testemunham, por meio de ações, a força dessa ressurreição, que Deus realizou em Jesus (v. 15).

Diante de um público formado majoritariamente por judeus, Pedro, então, propõe a fé em Jesus, o Cristo. Primeiramente, ele o apresenta como cumprimento das profecias das Escrituras (v. 18), indicando que seus sofrimentos se compreendem à luz dos profetas. Em seguida, Pedro convida os ouvintes à

conversão (v. 19), para viverem conforme à ação de Deus, que gera vida, e não como a ação das lideranças judaicas daquele tempo, que se empenharam na morte de Jesus.

O apelo dessa leitura à mudança de vida continua para nós, que a lemos hoje. Que “mortes” nos rodeiam e a que “vidas” podemos aderir, para melhor viver? A contraposição entre a ação divina e a ação dos líderes judeus ocorre no nosso interior, conforme o espírito que nos inspira a agir.

2. II leitura (1Jo 2,1-5a)

A primeira carta de João se desenvolve como uma meditação, com exortações para a comunidade de fé. No trecho da segunda leitura, o autor apresenta Jesus como nosso defensor (paráclito) diante de Deus.

O pecado deixa marcas drásticas no interior humano. A tendência é envergonhar-nos de Deus e esconder-nos, como fizeram Adão e Eva (Gn 3,8). Em contrapartida, a carta de João convida a confiar em um justo defensor diante do Pai (v. 1; cf. Jo 14,16). Portanto, podemos nos aproximar e nos mostrar a Deus sem temores de punições.

Jesus é comparado com uma “oferenda perfeita” pelos pecados. Uma imagem do culto judaico que se aplica a Jesus para expressar sua ação em prol da humanidade. A exemplo do servo de Deus de Is 53, que assumiu e invalidou nossos pecados e os do mundo inteiro (cf. Jo 1,29).

Em seguida, o trecho da leitura comenta o critério de “conhecimento” de Deus. Para as Escrituras, conhecer significa relacionar-se, ter experiência e praticar o que se conhece. Logo, “conhecer a Deus” não quer dizer obter informações a respeito dele, mas fazer a experiência de encontro por meio da fé. Por isso, quem diz que conhece a Deus põe em prática (guardar) os mandamentos (v. 3). Quem não observa os preceitos que Deus ensinou é um mentiroso (v. 4), alheio à verdade que é Jesus (cf. Jo 14,6).

Os cristãos têm de se dedicar à Palavra de Deus. Quem busca a compreensão para realizar os ensinamentos de Jesus, nele o amor de Deus permanece (v. 5a), porque a herança de Jesus foi sua “palavra-mandamento” de amor: “Que vos ameis uns aos outros como eu vos amei (...). Nisto conhecerão todos que sois meus discípulos: se tiverdes amor uns pelos outros” (Jo 13,34-35).

3 Evangelho (Lc 24,35-48)

O texto do Evangelho apresenta um relato de encontro dos discípulos com o Ressuscitado. Dessa vez, em vez do caminho para Emaús (Lc 24,13-33), uma refeição em comum na qual Jesus explica as Escrituras.

Os Onze recebem a notícia do que aconteceu no caminho para Emaús e como os dois caminhantes reconheceram Jesus “ao partir o pão” (v. 35). Faltava o grupo daqueles que conviveram mais com o Mestre fazer essa experiência. Então, Jesus se põe no meio deles, desejando a paz (v. 36), semelhantemente à narrativa que lemos em Jo 20,19-23.

Os discípulos não reconhecem Jesus. Eles pensam ser um fantasma. A novidade da ressurreição vai sendo compreendida gradualmente. Jesus os questiona sobre o porquê da perturbação interna e mostra-lhes as mãos e os pés, para que compreendam que não era um delírio deles, mas uma realidade nova diante da ação de Deus na vida de Jesus (v. 38-39). O incômodo interno dos Onze se transforma em alegria pela surpresa (v. 41).

Para comprovar ainda mais, Jesus compartilha o alimento (v. 42-43). Bebe e come diante deles como um gesto eucarístico, sinalizado pelo uso dos verbos que recordam a celebração cristã. Depois, ensina a respeito das Escrituras, mostrando como os acontecimentos eram cumprimentos do que se lê na Lei, nos Profetas e nos Salmos (representação das Escrituras judaicas). Com isso, o grupo passava a entender verdadeiramente os textos antigos de forma nova (Jo 14,25-26; 16,12).

Uma vez assimilada a mensagem de Jesus, eles deveriam testemunhá-la a todas as pessoas (v. 48). O ponto de chegada se torna o de partida: Jerusalém. Os discípulos ecoam a Palavra de Jesus e dão continuidade ao que foi iniciado. A Boa-nova não pode parar de se espalhar a fim de que mais pessoas conheçam o Ressuscitado.

A continuidade da obra de Lucas, os Atos dos Apóstolos, narrará como se realiza, na comunidade primitiva, o anúncio da Palavra de Deus. O legado desses séculos passados chega até nossos dias para que continue, no tempo e no espaço, o testemunho a quem ainda não o conhece. Nossos lares, trabalhos, comunidades e outros ambientes são as “Jerusaléns” atuais, os locais onde fazemos a experiência com o Ressuscitado e de onde saímos para anunciá-lo.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Diante dos desafios cotidianos de nossa vida, a Palavra de Deus ilumina nossa jornada, para reconhecermos a presença ressuscitadora de Jesus.

A pregação de Pedro era movida por uma vivência de fé no Senhor ressuscitado, por isso ele agia e falava a respeito de Jesus. Nossas ações e pregações eclesiais devem ser um transbordamento da experiência de fé e consequência da vida espiritual. O ativismo e o imaginário de produção fazem das comunidades de fé “empresas”, como se tivessem metas quantitativas a cumprir. Nossa pastoral pode se assemelhar a um grão de mostarda (Mc 4,30-32) ou a um fermento na massa (Mt 13,33). A Palavra de Deus vai se realizando entre nós conforme nossa disposição para amar.

Quantas vezes nos sentimos mal pelo pecado e não olhamos para a bondade infinita de Deus? Quantos medos de Deus guardamos? Alguns desses dramas interiores são respondidos com a leitura da primeira carta de João. Não precisamos fugir ou nos

A missa de Paulo VI

Retorno ao coração da Tradição

Philippe Béguerie e Jean-Noël Bezançon



104 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

Por ocasião do aniversário de 50 anos do Concílio Vaticano II, o livro se propõe a salientar a origem, os objetivos, o conteúdo e os desafios da última reforma litúrgica registrada referente à missa: aquela que foi elaborada sob a direção e a autoridade de Paulo VI a pedido desse concílio. Além de uma reflexão histórica, litúrgica e teológica, o livro convida a um momento de ação de graças por esse “retorno ao coração da Tradição”.

Vendas: (11) 3789-4000
08000-164011

paulus.com.br

esconder de Deus, mesmo em situação de pecado. “Deus é amor” (1Jo 4,8.16); portanto, ele nos ama e nos acolhe sempre, irrestritamente, para que também amemos uns aos outros.

A comunidade reunida para celebrar a ressurreição de Jesus amadurece a fé na experiência litúrgica. O Senhor continua a nos explicar as Escrituras e a nos enviar para testemunhar sua Palavra. A liturgia celebrada se completa na vivência dela no cotidiano da vida. O que ouvimos das Escrituras e rezamos na celebração tem de se tornar práxis na rotina de cada pessoa. Assim, a ressurreição não é mera abstração, mas realidade visibilizada nas histórias de cada um que se encontra com o Senhor.

4º DOMINGO DA PÁSCOA

25 de abril

O Bom Pastor dá a vida pelas suas ovelhas

I. INTRODUÇÃO GERAL

Todo 4º domingo da Páscoa é dedicado ao “Bom Pastor”. O Evangelho não apresenta mais um encontro do Ressuscitado com a comunidade de fé, e sim como ela o percebe e descreve, com base na imagem do pastor.

O povo de Israel cultivou uma vida pastoril e nômade. Então, era comum, no imaginário das pessoas, o campo, o pastor, as ovelhas, o ladrão e as pastagens. Tal linguagem e atividade ocupavam o cotidiano daquele povo. Por isso, algumas vezes se recorre à metáfora do pastor para explicação de algo (Gn 48,15; 49,24).

O pastor representa dedicação, cuidado e oferta de si (dar a vida). O Senhor Deus é comparado a um pastor (Sl 23,1-4; 78,25-26; 95,7) de Israel. A comunidade cristã demonstra que o Ressuscitado, o pastor bom (Jo 10,1-18), dá sua vida ressuscitada às ovelhas (quem se dispõe a viver a fé nele).

Da mesma maneira, os cristãos e cristãs de hoje são sacramentos (sinais) de Cristo, bom pastor, uns para os outros. Assim, faz sentido o serviço pastoral da Igreja se houver dedicação, cuidado e oferta de si, a exemplo de Jesus.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (At 4,8-12)

Continuando, neste tempo pascal, a leitura dos Atos do Apóstolos, temos, no trecho de hoje, a defesa de Pedro perante o sinédrio. As acusações contra o apóstolo se devem à cura de um aleijado na porta do templo (3,1-10).

Em virtude do ato de Pedro e João, os sacerdotes judeus e os saduceus, irritados com os dois discípulos, prendem-nos, para que cessem a pregação deles e as ações que causam admiração no povo (4,2-4). No dia seguinte, as lideranças de linhagem sacerdotal se reúnem para o julgamento daqueles que, no dizer de alguns judeus, causavam agitação social (4,5). Os chefes propõem a seguinte questão a Pedro e João: “Com que poder ou em nome de quem vós fizestes isso?” (4,7). A mensagem de Jesus incomodou esse grupo judaico, e a pregação dos apóstolos (continuidade de Jesus) incomoda da mesma forma.

Pedro, cheio do Espírito Santo (Mt 10,20), isto é, inspirado por Deus, toma a palavra para sua defesa (v. 8). De um lado, a hipocrisia e a intriga dos representantes de Jerusalém; de outro, Pedro que fez o bem e fala movido por Deus. Ele explica que a cura se realizou em nome de Jesus, crucificado pelos chefes judaicos e ressuscitado por Deus (v. 10).

Continuando, Pedro recorre ao Sl 118,22 para justificar a falha daqueles julgadores. A pedra angular era a principal, aquela com base na qual se construía um edifício. Jesus representa essa pedra fundamental, que deveria ser considerada, no entanto foi desprezada por eles. Logo, eles permanecem no engano do pecado e no fechamento de coração à compreensão da mensagem de Jesus.

Não há outro nome (outra pessoa) pelo qual devamos ser salvos (v. 12). Desprezar a Cristo é condenar-se a uma vida sem comunhão de amor com Deus e com as pessoas. O ódio e a ira, que caracterizam as ações dos condenadores, expressam o fechamento ao Evangelho, que é amor, perdão e misericórdia.

Pedro não teme as consequências do anúncio de Jesus Cristo. Embora corresse risco de vida, prefere permanecer na convicção de fé e na experiência que dá sentido à sua vida. Nossa fé em Cristo atualmente também pode sofrer outros tipos de hostilidade e rejeições. Cabe-nos a sabedoria e a ousadia para dar continuidade à proclamação dessa Boa-nova.

2. II leitura (1Jo 3,1-2)

A segunda leitura apresenta as consequências do amor de Deus na vida humana. Possuímos uma identidade própria de filhos de Deus (Jo 1,12-13). Portanto, ele é um Pai, conforme ensinou Jesus, a quem podemos recorrer destemidamente e no qual podemos confiar irrestritamente.

Por sermos filhos de Deus, o mundo não nos reconhece como tais, porque não entende sobre as coisas de Deus, o qual Jesus, por sua palavra e obra, nos revelou (Jo 1,18; 14,9). Os filhos refletem os pais. O mundo, na linguagem joanina, recusa a Palavra de Deus; logo, rejeita também seus filhos, pela mesma ignorância.

Vivemos a condição de filhos amados por Deus em uma dinâmica escatológica. “Já” somos filhos, mas “ainda não” plenamente. O processo de filiação continua com nossa maneira de viver. Na dinâmica do tempo presente, temos de fazer crescer esse dom presente em nós até a plenitude final, quando seremos semelhantes a Cristo, o Filho primogênito de Deus. Nós o veremos “face a face”, na destinação para a qual nascemos.

Vida a partir da morte

Meditações sobre o mistério pascal

Hans Urs von Balthasar



Imagens meramente ilustrativas.

Apesar de a morte fazer parte do cotidiano humano, ela é, também, aquilo que há de mais incompreensível. Em três profundas reflexões, o autor penetra nesse mistério. Ele questiona o paradoxo, inerente a todo homem, de querer realizar “algo de imperecível em meio à transitoriedade”, e mostra que solução oferece o cristianismo a essa questão. Para isso, explora as profundezas do Mistério Pascal, a paixão, morte e ressurreição de Jesus, e seu significado para o cristão de hoje.

Vendas: (11) 3789-4000
08000-164011

paulus.com.br

3. Evangelho (Jo 10,11-18)

O Evangelho propõe o tema central da liturgia: o “Bom Pastor”. Na primeira parte da alegoria (10,1-10 – lida no Ano A), Jesus é comparado com a porta do redil pela qual as ovelhas entram (10,7.9). Na segunda parte, lida neste domingo, Jesus é o próprio pastor, em oposição aos mercenários (v. 11).

O evangelista apresenta Jesus como um pastor valoroso, fidedigno, belo, excelente e, portanto, bom (a tradução comumente empregada – “bom” – enfraquece o sentido amplo da palavra no original). Ao contrário, os interesseiros, que cuidam apenas por dinheiro em troca, não são capazes de dar a vida pelas ovelhas, pois só querem o salário da jornada de trabalho (como os maus pastores de Ez 34,3-8). Jesus não cuida em vista de uma remuneração, as ovelhas pertencem ao Pai e a ele (v. 14-16). Ele age como proprietário, que nada é sem suas ovelhas.

A linguagem do evangelista não se limita à comparação entre o dono do redil e o empregado. Mais do que um dono do redil, Jesus “conhece” as ovelhas, e vice-versa (v. 14). Conhecimento entendido não como operação intelectual, mas como experiência de uma presença (14,20; 17,21-22), que desabrocha em amor (Os 2,22; 1Jo 1,3). Assim, Jesus conhece suas ovelhas, da mesma forma como conhece o Pai e o Pai o conhece (v. 15). Por isso, é capaz de dar a vida, porque ama (v. 13).

Contudo, Jesus não possui apenas as ovelhas do seu redil. Ele tem algumas ovelhas dispersas (de Israel ou fora dele) para reconduzir, a fim de que haja um só rebanho, com um só pastor (Ez 37,24). Quem se dispõe a ouvir a voz do pastor fará parte desse rebanho único, querido por Jesus. De fato, no início da comunidade cristã, muitos cristãos eram oriundos de ambiente pagão. Importava dar ouvidos para seguir os passos do pastor.

Por fim, no trecho do Evangelho, Jesus fala do dom de sua vida ofertada por amor (v. 17-18). O gesto é motivado pelo amor do Pai. Ele

ama Jesus, que busca corresponder a esse amor, amando e oferecendo a si mesmo. Ninguém tira a vida de Jesus (7,30.44; 8,20; 10,39); ele a oferta livremente, até a morte de cruz, e a acolhe de volta na ressurreição (13,1-3; 17,19). Isso sintetiza a missão que Jesus recebeu do Pai.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Cada liturgia é celebração do dom da vida de Jesus para a humanidade. Ele é quem livremente se doa para nossa salvação. Trata-se de um mistério celebrado para que seja assimilado e vivenciado.

Destacamos, na primeira leitura, a coragem e a ousadia de Pedro perante o sinédrio. Outros “sinédrios” da atualidade nos desafiam, para que respondamos movidos pelo Espírito Santo, que inspirou o apóstolo a proclamar a fé em Cristo. Muitas adversidades enfrentamos no seguimento de Cristo, mas o anúncio do Evangelho tem de continuar.

A dignidade de “filhos de Deus” não pode ser mero discurso em nossas comunidades. Precisamos assumir, nas ações, esse lugar de filhos e filhas amados por Deus. Consequentemente, viver como irmãos uns dos outros, na prática do amor, do perdão e da misericórdia.

Recordar o Bom Pastor é saber-nos cuidados por Deus. Vivemos em uma sociedade que gera exaustão, pelo volume de atividades, informações e velocidade. Não podemos nos esquecer do refúgio nos braços desse pastor que dá a vida por nós. Um espaço onde repousamos e restauramos nossas forças.

No entanto, também temos o compromisso de cuidar uns dos outros e ser sinais do Bom Pastor para as pessoas. Esse é o sentido de “fazer” pastoral. Não se trata tanto de multiplicar atividades e encher a agenda de tarefas, mas, sobretudo, de cuidar bem das pessoas e empenhar os meios em prol disso. Desse modo, a Igreja se torna o lugar do cuidado, da fraternidade e da vivência dos filhos e filhas de Deus.

vp

POR UMA FÉ

Além do templo

Os cristãos são chamados a cultivar uma fé integral, cujos princípios se projetem em todas as esferas da sua vida.

As obras a seguir auxiliam o leitor nessa tarefa de assumir a identidade cristã para além das paredes do templo.



DISPONÍVEL
TAMBÉM
EM **E-BOOK**



DISPONÍVEL
TAMBÉM
EM **E-BOOK**

Para isso, apresentam a Doutrina Social da Igreja, algumas atualizações necessárias ao discurso teológico frente à inteligência crítica da atualidade e sugestões de como fazer das redes sociais novos locais de evangelização.

Faça a sua fé frutificar na sociedade!

paulus.com.br/loja
11 3789-4000 | 08000-164011
vendas@paulus.com.br
f i t @editorapaulus



Comunicação
para um mundo melhor



Coleção Temas de Atualidade



Dentre outros autores, a coleção conta com obras de José Comblin (1923-2011), um dos teólogos mais importantes para a Igreja latino-americana. Vindo da Bélgica, ele viveu no Brasil, no Chile e no Equador, locais onde deixou grandes contribuições.

Em uma das obras, Comblin comenta as controvérsias geradas pelo conceito de "povo de Deus" cunhado pelo Concílio Vaticano II. Na outra, sugere a recuperação do "evangelho da liberdade" como identidade cristã da América Latina.

Aprofunde seus conhecimentos com esse grande nome da Teologia atual.

paulus.com.br/loja
11 3789-4000 | 08000-164011
vendas@paulus.com.br
f i t @editorapaulus



Comunicação
para um mundo melhor

